

RELATÓRIO & CONTAS 31 DE DEZEMBRO 2019

United Bank for Africa Moçambique

O United Bank for Africa Moçambique S.A "UBA Moçambique S.A" é uma filial do United Bank for Africa Plc "UBA".

O UBA é uma instituição pan-africana líder em serviços financeiros, que presta serviços bancários há mais de dezoito (18) milhões de clientes, em 1.000 agências e pontos de contacto de clientes em 20 países africanos.

Com presença no Reino Unido, Estados Unidos da América e França, o UBA liga pessoas e empresas em toda a África através da banca de retalho, comercial e corporativa, pagamentos e remessas transfronteiriças inovadoras,

financiamento do comércio e serviços bancários complementares.

As acções do UBA são negociadas publicamente na Bolsa de Valores da Nigéria (NSE) e o Banco tem uma base accionista bem diversificada, que inclui investidores institucionais estrangeiros e locais, bem como accionistas particulares.

O United Bank for Africa Moçambique, S.A. é uma sociedade anónima de direito moçambicano, constituída e regulada pela lei moçambicana, com registo na Conservatória de Entidades Legais de Maputo sob o numero 100135167, titular do NUIT numero 400250863,

com sede na Praça 16 de Junho número 312, 2º andar, Bairro da Malanga, na Cidade de Maputo.

O accionista maioritário do Banco é o United Bank for Africa Plc com 95.70% das acções, que é um Banco Comercial constituído na República Federal da Nigéria.

Os demais accionistas minoritários detêm 4.30% das acções do Banco. O objecto do United Bank for Africa Moçambique, S.A. consiste no exercício de todas actividades bancárias e financeiras, bem como todas actividades complementares a que as

instituições bancárias ou financeiras estejam licenciadas a exercer.

O capital social do United Bank for Africa Moçambique está representado por 1.744.712 acções ordinárias de MT 1.000 cada que correspondem a MT 1.744.712,00 encontrando-se integralmente subscrito e realizado.

O UBA Moçambique está presente em duas províncias de Moçambique nomeadamente, Maputo e Nampula e com planos de expansão para outras províncias.

Enquadramento Macroeconómico

ECONOMIA MUNDIAL

Em 2019, a economia mundial registou o seu crescimento mais lento desde a crise financeira mundial, há uma década. Num contexto difícil que incluía a intensificação das tensões comerciais e tecnológicas entre os EUA e a China, bem como uma incerteza prolongada em relação à Brexit, a dinâmica da actividade global manteve-se fraca no primeiro semestre de 2019.

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o crescimento anual da economia mundial em 2019 foi projectado para 2,9%. Este crescimento lento teve como factores as incertezas políticas comerciais, as

tensões geopolíticas que influenciaram nas actividades económicas, principalmente na indústria manufactureira e no comércio.

Em vários países, a agitação social decorrente de vários fenómenos, a destacar os desastres naturais tais como os furacões no Caribe, as secas e os incêndios na Austrália e, as inundações e as secas em África, assim como a redução dos preços dos metais e de energia provocaram novos desafios.

Neste período, o continente africano cresceu em média 3,4% em 2019, o que é considerado estável. O quadro abaixo ilustra a projecção do crescimento anual da economia nos principais blocos terrestres.

Previsão do Crescimento Global (%)	2019	2020	2021
Mundo	2.9	3.3	3.4
Estados Unidos	2.3	2.0	1.7
Zona Euro	1.2	1.3	1.4
América Latina e Caribe	0.1	1.6	2.3
Zona Central da Ásia e Médio Oriente	0.8	2.8	3.2
África Sub-Sahariana	3.3	3.5	3.5
África Emergente e em via de Desenvolvimento	5.6	5.8	5.9

ECONOMIA NACIONAL

Moçambique, enquanto país, registou um nível de crescimento económico relativamente bom, com o Produto Interno Bruto (PIB) a registar uma taxa de crescimento anual média de 7% durante um longo período até 2016, quando a economia abrandou para um crescimento médio de 3,7%.

No entanto, a economia tinha iniciado uma lenta recuperação quando, mais uma vez, foi atingida pelos ciclones Idai e Kenneth em Março de 2019, o que reduziu o crescimento do PIB estimado para 1,9% para ano de 2019.

O défice da balança corrente aumentou para 54,2% do PIB em 2019, contra 29,5% em 2018. O aumento das importações, impulsionado principalmente pelas necessidades de bens de capital e serviços dos grandes projectos de investimento, conduziu a este défice.

Os investimentos directos estrangeiros (IDE), os fluxos provenientes de organizações internacionais e talvez um certo nível de empréstimos externos apoiaram o financiamento do défice. As reservas de divisas são largamente confortáveis, situando-se em cerca de USD 3,0 bilhões durante a maior parte do ano de 2019.

No contexto social, os níveis de pobreza continuam a ser bastante elevados, especialmente na população rural. O rápido crescimento demográfico alimenta ainda mais os níveis de desemprego e, por conseguinte, os níveis de pobreza.

Acredita-se que, com o esforço do Governo para capacitar a maioria da população jovem do país através da Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015 - 2035), haverá uma melhoria dos níveis de pobreza e desemprego.

O enfoque deve ser em como transformar a maioria da população jovem num dividendo ou numa oportunidade para impulsionar o crescimento.

O ambiente político foi em grande medida estável até 2019, culminando em eleições gerais bem sucedidas que resultaram numa transição pacífica do poder. Este facto é considerado como uma realização importante no espaço político, com um impacto potencial na confiança dos investidores no país.

Do lado da política monetária, apesar do choque dos ciclones, a inflação mantém-se em valores baixos (3,4% em 2019) e as expectativas de inflação bem ancoradas permitiram ao Banco de Moçambique reduzir a sua taxa de juro de referência várias vezes nos últimos

dois anos, contribuindo para uma recuperação nascente do crédito ao sector privado. As reservas internacionais foram reconstruídas para níveis confortáveis.

O défice orçamental manteve-se bastante elevado, em 6,4% em 2019, dado ao impacto da elevada taxa de juro no pagamento da dívida.

O Governo implementou uma consolidação orçamental gradual, ao mesmo tempo dando prioridade à despesa com a educação, saúde e protecção social. No ano de 2019, a Moody's, uma agência de notação global, melhorou a notação do país para Caa2, uma perspectiva estável. Esta foi uma evolução positiva para a economia nacional.

A assinatura da Decisão Final de Investimento para o Projecto Área 1 de Gás Natural Liquefeito (GNL) em 2019 foi um marco significativo que deu sinais positivos para a economia moçambicana.

Espera-se que isto tenha um impacto significativo no PIB nacional a partir de 2020, com um crescimento médio anual previsto de 4% do PIB.

Isto ajudará a diversificar a economia e a reforçar a resiliência e a competitividade. Reforçará igualmente a estabilidade macroeconómica, com receitas mais elevadas a contribuir para os excedentes orçamentais e um fundo soberano para amortecer os choques externos.

MERCADOS FINANCEIROS

Mercado Monetário

No Mercado Monetário nacional, o Banco de Moçambique continuou o relaxamento da política monetária restritiva, iniciado em 2017, tendo sido materializado pelo corte gradual nas taxas directoras.

A Facilidade Permanente de Cedência e Facilidade Permanente de Depósito caíram de 17,25% e 11,25% no fecho de 2018 para 15,75% e 9,75% no fecho de 2019.

O Coeficiente de Reservas Obrigatórias passou de 14% e 27% para o passivos em moeda nacional e em moeda estrangeira respectivamente em 2018, para 13% e 36% em 2019 respectivamente.

Por sua vez, a taxa do Mercado Monetário Interbancário de Moçambique (MIMO), introduzida em 2017, passou de 14,25% no fecho de 2018 para 12,75% no fecho de 2019, acompanhando o movimento das taxas directoras, sobretudo da Facilidade Permanente de Cedência.

O relaxamento na postura restritiva da política monetária encontrou fundamento numa percepção de estabilidade macroeconómica e sobretudo estabilidade de preços por parte da Autoridade Monetária.

Segundo o Banco de Moçambique, as condições macroeconómicas favoreceram a projecção de uma inflação baixa e estável, em torno de um dígito, nos curto e médio prazos. Como resultado do relaxamento da política

monetária, as taxas de juro médias de Bilhetes de Tesouro de 91, 182 e 364 dias fecharam o ano em 11,22%, 11,17% e 11,59%, abaixo dos 13,85%, 13,92% e 13,58% registados no fecho de 2018 respectivamente.

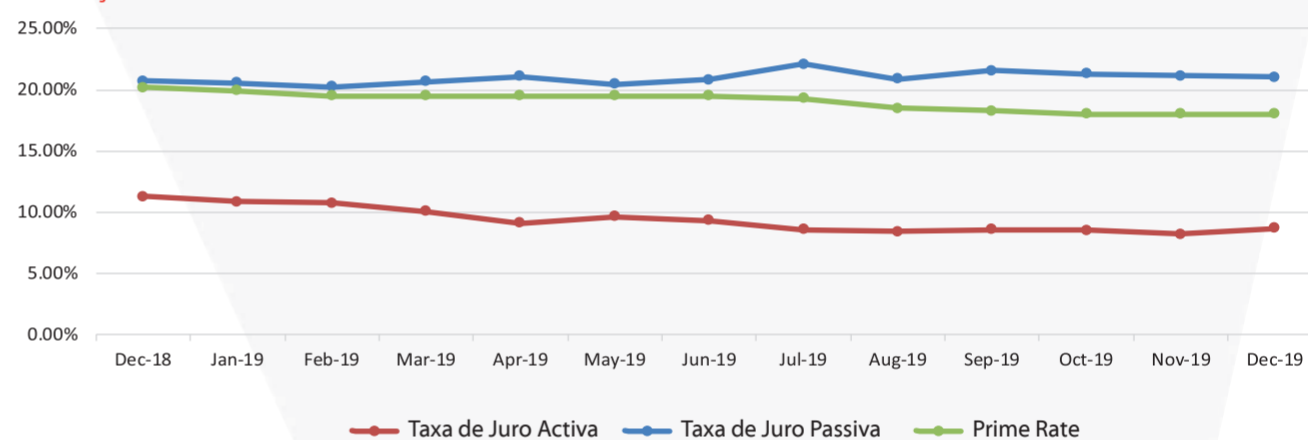
A taxa média de permutas de liquidez overnight entre os bancos comerciais baixou de 14,25% em Dezembro de 2018 para 12,75% em Dezembro de 2019, representando uma queda de 1,5 pontos percentuais.

Taxas de Juro	dez/18	mar/19	jun/19	set/19	dez/19	Trend
BT's 91 dias	13.85%	13.35%	13.31%	11.90%	11.22%	▼
BT's 182 dias	13.92%	13.13%	13.28%	11.92%	11.17%	▼
BT's 364 dias	13.58%	12.94%	13.00%	12.19%	11.59%	▼
Permutas de Liquidez "Overnight"	14.25%	14.25%	13.25%	12.75%	12.75%	▼
Taxa (MIMO)	14.25%	14.25%	13.25%	12.75%	12.75%	▼
FPD "Overnight"	11.25%	11.25%	10.25%	9.75%	9.75%	▼
FPC "Overnight"	17.25%	17.25%	16.25%	15.75%	5.75%	▼

Na mesma sequência do relaxamento da Política monetária restritiva, as taxas de juro do mercado registaram uma queda, tendo no fecho de 2019 a taxa de juro sobre empréstimo,

a taxa de juro sobre os depósitos e a prime rate se fixado em 21,03%, 8,71% e 18,00%, contra os 20,70%, 11,32% e 20,20% respectivamente no fecho de 2018.

Evolução das Taxas de Juro de Mercado



Mercado Cambial

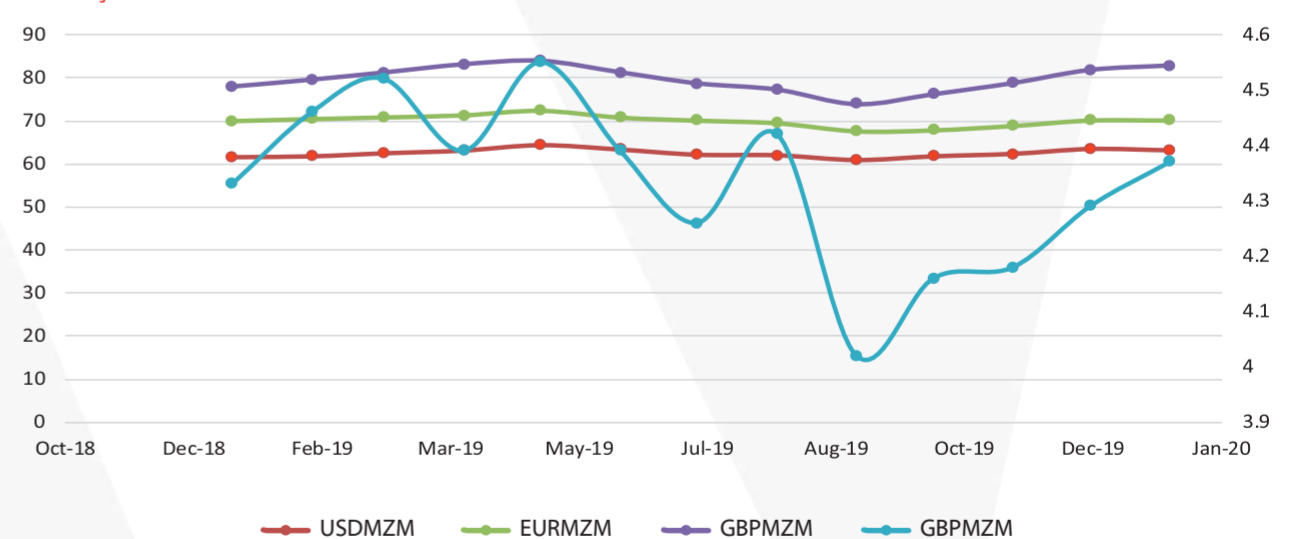
No mercado cambial, o metical apresentou um desempenho relativamente insatisfatório durante 2019, apesar da política monetária restritiva.

Associa-se ainda ao mau desempenho da moeda nacional, o abrandamento das exportações, sobretudo pelo decréscimo das receitas de venda de carvão mineral e alumínio que permitem acumular divisas e constituir reservas internacionais.

No fecho de 2019, o Metical tinha registado perdas acumuladas de 3,87% relativamente ao Rand, 2,75% relativamente à Libra e 1,34% relativamente ao Euro.

No que tange ao Dólar houve uma depreciação de 1,36%. No entanto, há aqui que destacar o fortalecimento do Dólar no mercado internacional motivado pelo crescimento económico e reformas fiscais.

Evolução da Taxa de Câmbio



Para 2020, não se espera uma prestação muito diferente do Metical no mercado cambial. A nível interno continuará a ser determinante a política monetária tímida e do lado externo, o bom desempenho do preço das commodities, sobretudo do carvão e alumínio.

Prioridades Estratégicas do Grupo e do UBA Moçambique

O United Bank for Africa (UBA) continua a ser uma instituição financeira líder em toda a África. O Banco consolidou a sua presença nas suas operações em 20 países africanos e três operações internacionais nos Estados Unidos, Reino Unido e França, registando deste modo um crescimento anual de 13,3% em receitas até ao fecho do exercício económico de 2019, no valor de 1,5 bilhões de dólares.

O Balanço também cresceu de 15,5 bilhões de dólares em 2018 para 13,6 bilhões de dólares em 2019.

O foco estratégico do UBA continua a ser um Banco de importância sistémica em todos os países onde opera, um Banco de operações de apoio aos vários segmentos dos mercados e economias, incluindo pequenas, médias e grandes empresas, empresas de retalho, clientes particulares, bem como empresas públicas e o governo.

O nosso Banco também acredita firmemente em ser uma entidade corporativa muito responsável e receptiva, mantendo ao mesmo tempo os mais elevados padrões éticos e profissionais.

A liderança em tecnologia, bem como a digitalização dos serviços bancários é uma prioridade-chave e o foco do nosso banco.

Com o nível de investimento nesta área, estamos confiantes de que os nossos clientes serão beneficiados com as melhores ofertas da classe que competem favoravelmente com os padrões globais.

O UBA Moçambique está totalmente alinhado com os objectivos corporativos do Grupo e está a implementar escrupulosamente a estratégia para assegurar o apoio total ao mercado moçambicano e contribuir para o

desenvolvimento económico como um todo.

As principais prioridades continuam a ser o apoio às empresas, a colaboração com o Governo, a satisfação das necessidades de serviços bancários dos indivíduos, bem como de todas as partes interessadas e intervenientes relevantes no mercado.

O UBA Moçambique alinha-se e prioriza os objectivos de inclusão financeira do Banco de Moçambique e está a coordenar este processo através da expansão das agências e dos canais digitais, o que designamos por "Bricks and Clicks".

Órgãos Sociais

N.	Nome	Posição
Conselho de Administração		
1	Ágata Eduardo Tadeu	Administradora Não – Executiva
2	Emeke Eruemulor Iweriebor	Administrador Não – Executivo
3	Franklin Edema Erebor	Administrador Não – Executivo
4	Zainadin Dauto Aligy Dalsuco	Administrador Não – Executivo
Assembleia Geral		
1	Yolanda dos Santos	Secretária da Mesa

Áreas de Negócio do Banco

O United Bank for Africa Moçambique, S.A. está envolvido na actividade bancária e presta serviços bancários corporativos, comerciais, de consumo e internacionais, serviços comerciais, gestão de caixa, sala de mercados e Banca digital.

O Banco continua focalizado nos principais segmentos que impulsionam a economia moçambicana, incluindo agricultura, indústria extrativa, energia, logística, infraestrutura, retalho, hotelaria e turismo, transporte, manufatura e comércio no geral.

Análise Económica e financeira do UBA Moçambique

No ano de 2019, embora o país tenha registado passos firmes para restaurar a sua estabilidade macroeconómica, apresentou um crescimento económico lento, num ambiente de contínua fraca procura interna devido ao baixo nível de investimento público, a fraca disponibilidade de crédito, a deterioração do poder de compra e a redução da confiança dos consumidores e empresários.

Foi um ano de muitos desafios para o Banco. As receitas foram fortemente influenciadas pela queda acentuada da rendibilidade dos títulos do estado e dos instrumentos do mercado monetário, que constituíram uma parte significativa dos activos remunerados do Banco. Houve uma redução de 47% nos juros e proveitos similares do Banco, devido à queda

das taxas. As taxas e comissões do Banco cresceram 148% e os proveitos de trading cresceram 153% em 2019.

Infelizmente, os lucros brutos do Banco diminuíram 38% devido ao impacto da redução dos juros e rendimentos similares.

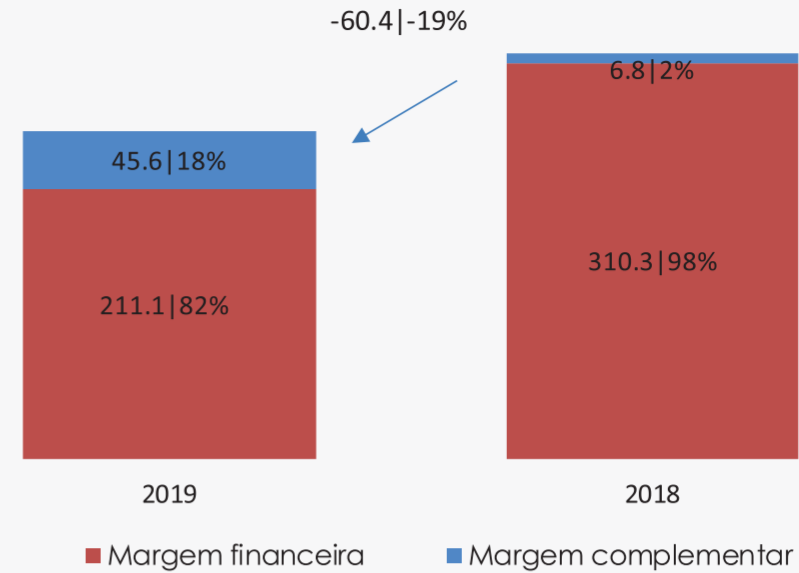
O Banco registou um lucro antes de impostos em 2019, mas um prejuízo após impostos devido às deduções de impostos directos nos rendimentos de juros de aplicações de tesouraria e no mercado monetário.

A conta financeira de 2018 teve que ser reiniciada para contabilizar adequadamente os impostos sobre a tesouraria e os investimentos no mercado monetário. Isto transformou os lucros de 2018 depois de impostos reportados anteriormente pelo banco num prejuízo depois de impostos.

Não houve alterações significativas no Total dos activo dos banco durante o ano. No entanto, o depósito do banco diminuiu 16% em relação a 2018.

Os empréstimos do Banco cresceram 8% em 2019, principalmente devido a empréstimos concedidos a funcionários públicos. Em 2020, vamos aumentar os empréstimos do Banco num volume mais elevado, como parte do plano do Banco para melhorar os ganhos com os rendimentos dos juros.

Produto bancário (Milhões de MZN)



Margem Financeira

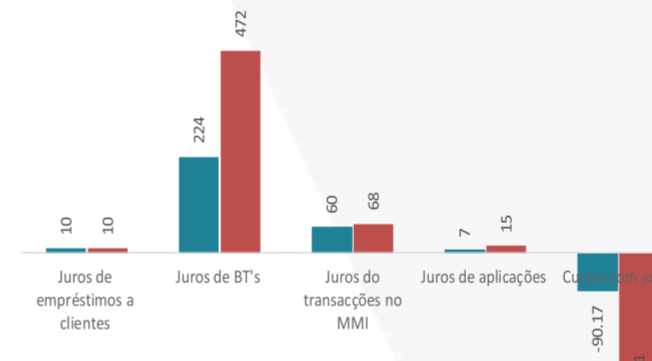
No ano de 2019, o Banco de Moçambique prosseguiu com o relaxamento da política monetária restritiva iniciado em 2017, tendo sido materializado pelo corte gradual nas taxas directoras.

A Facilidade Permanente de Cedência (FPC) e Facilidade Permanente de Depósito (FPD) caíram respectivamente de 17,25% e 11,25% em Dezembro de 2018 para 15,75% e 9,75% em Dezembro de 2019.

O Coeficiente de Reservas Obrigatórias passou de 14% e 27% para o passivos em moeda nacional e em moeda estrangeira respectivamente em 2018, para 13% e 36% em 2019 respectivamente

Por sua vez, a taxa do Mercado Monetário Interbancário de Moçambique (MIMO), introduzida em 2017, passou de 14.25% no fecho de 2018 para 12.75% no fecho de

Margem Financeira (Milhões de MT)



O gráfico acima demonstra a redução do nível de contribuição dos juros de bilhetes de tesouro na margem financeira que saiu de 83,47% em 2018 para 74,39% em 2019.

Por seu turno, a contribuição dos juros de transacções no MMI aumentou de 12,04% em 2018 para 20% em 2019, embora tenha baixado em termos de volume de transacções.

Custos com pessoal

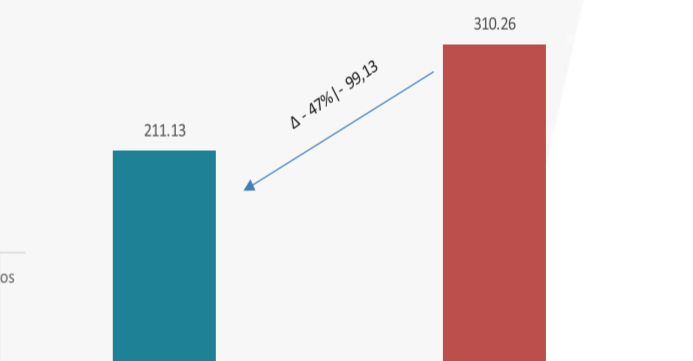
Ao longo do ano de 2019, a gestão do Banco deu prioridade ao investimento em capital humano com vista a garantir eficiência operacional, retenção de melhores talentos e manutenção de um pessoal alinhado à missão e estratégia do Banco. Assim, os custos com pessoal, tradicionalmente maior categoria de

2019, acompanhando o movimento das taxas directoras, sobretudo da Facilidade Permanente de Cedência.

A margem financeira do Banco registou uma contração de 19%, ao cifrar-se em MZN 256,71 milhões em 2019 face aos MZN 317,11 milhões registados no período homólogo, devido aos seguintes factos:

(i) Estreitamento das margens entre as operações activas e passivas do Banco em resposta à revisão em baixa das taxas directoras do Banco de Moçambique que servem de indexante na determinação do pricing dos activos financeiros;

(ii) Redução dos proveitos com juros de crédito na ordem de 47%, ao sair de MZN 565,77 milhões em 2018 para MZN 301,29 milhões em 2019 devido a revisão em baixa das taxas de juro implementada pela política restritiva do Banco Central.

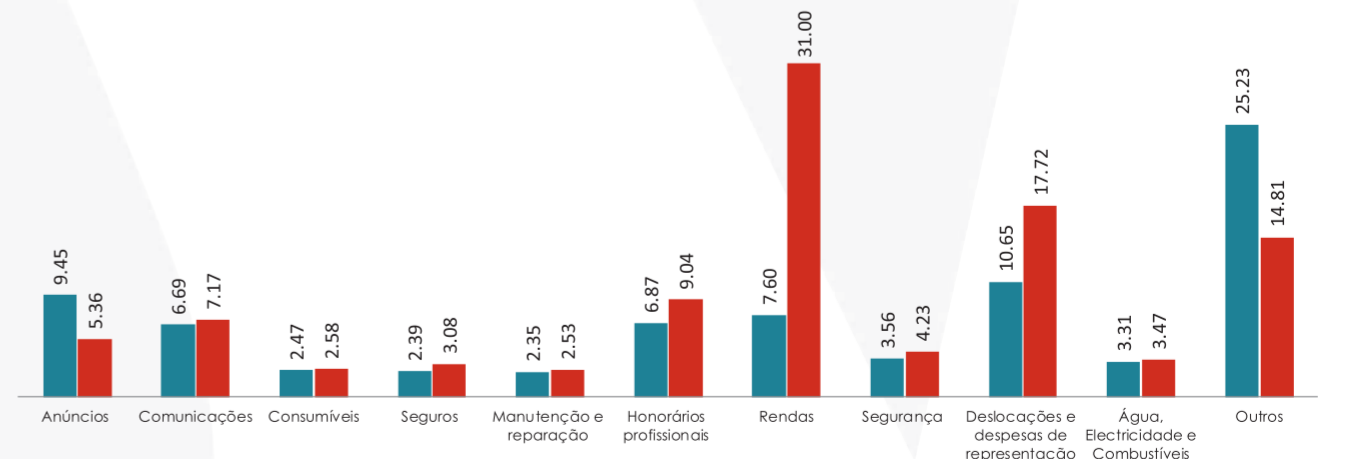


custos do Banco, aumentaram em cerca de 10%, ao se situar em MZN 128,8 milhões contra MZN 117,1 milhões no ano anterior, como corolário do aumento do número do quadro de pessoal no âmbito da adequação do nível de actividade do Banco.

Gastos Gerais Administrativos

Os Gastos Gerais Administrativos cifraram-se em MZN 80,5 milhões em 2019, representativo de um decréscimo de 20,22% (MZN 100,9 milhões) face ao montante de MZN 100,9 milhões registado no período homólogo.

A variação negativa nos custos está aliado ao decréscimo da rubrica de Rendas em cerca de 75,49%, passando de MZN 31,0 milhões em 2018 para MZN 7,5 milhões em 2019.



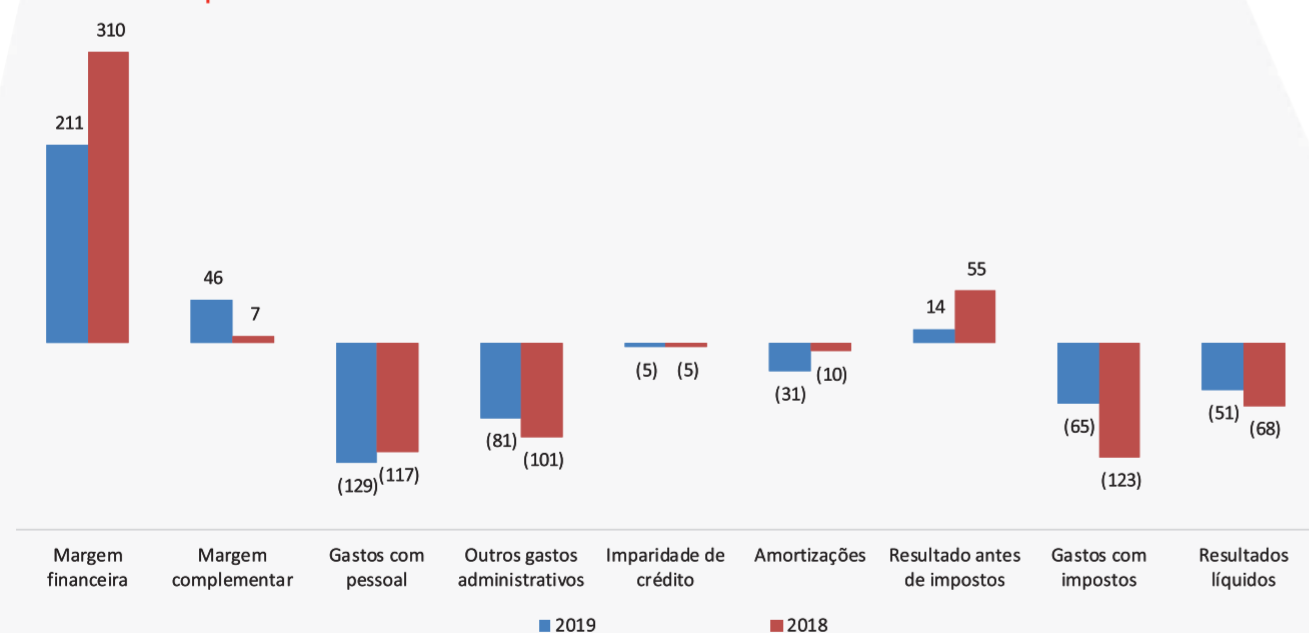
Posição Financeira

O Banco apresentou um desempenho financeiro negativo em 2019, não obstante, houve algumas rubricas do activo que apresentaram um bom desempenho.

As aplicações em Instituições de Crédito aumentaram em 120%, saindo de MZN 547,9 milhões em 2018 para MZN 1.120,1 milhões em

2019. No sentido contrario, a carteira de activos remuneráveis passou de MZN 2.412,2 milhões em 2018 para MZN 1.322,1 milhões em 2018 com uma variação negativa de cerca de 45%. A carteira líquida de crédito aumentou em MZN 3,5 milhões passando de MZN 45,5 milhões para MZN 49 milhões, com uma variação em cerca de 8%.

Resultados Líquidos

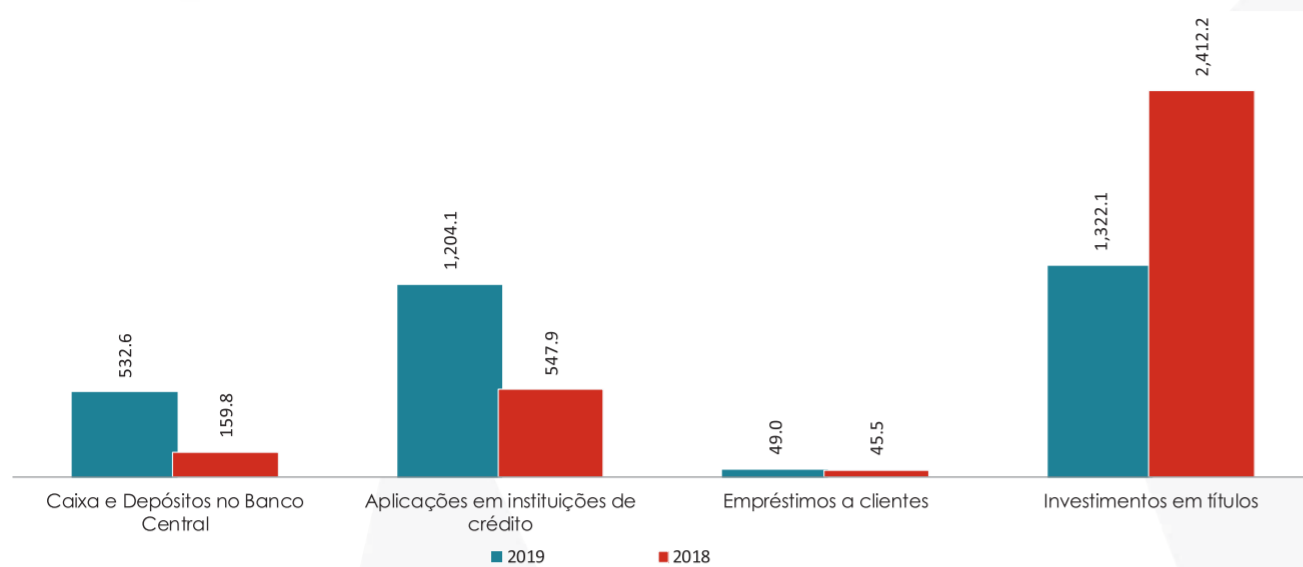


Produto bancário

O produto bancário, que inclui a margem financeira e a margem complementar, cifrou-se em MZN 256,70 milhões, um decréscimo de 19% em relação ao valor de MZN 317,10 milhões registado no ano anterior.

A margem financeira constitui a única componente do produto bancário que diminuiu, ao cifrar-se em MZN 211,13 milhões abaixo de MZN 310,26 milhões do ano anterior, o que penalizou a evolução positiva da margem complementar que se cifrou em MZN 45,57 milhões contra os MZN 6,84 milhões do ano anterior.





O balanço do Banco continua a estar fortemente virado para activos líquidos como aplicações em outras instituições de crédito, Bilhetes do Tesouro, que representam 78% do total do activo. Este cenário demonstra a ampla alavancagem do balanço que permite a prontidão no cumprimento das obrigações, bem como, responder a oportunidades de negócio que surjam no mercado.

Passivo e Fundos Próprios

O passivo do Banco situou-se em MZN 1.947,2 milhões, correspondente a um crescimento líquido em apenas 1% (MZN 23,3 milhões) face ao valor de MZN 1.923,9 milhões registado no período homólogo, como resultado dos seguintes factos:

(i) evolução de recursos de outras instituições de crédito em 82% (MZN 223 milhões),

contrastando com:

(ii) a diminuição da carteira de recursos de clientes em cerca de 16%, passando de MZN 1.605,4 milhões em 2018 para MZN 1.354,9 no final de 2019.

Os fundos próprios do Banco ascenderam ao montante de MZN 1.287,2 milhões em 2019, correspondente a um decréscimo de 4% face ao montante de MZN 1.338,1 milhões registado no período homólogo.

Esta degradação é devido ao aumento dos prejuízos acumulados em cerca de 5%, que passaram de MZN 978,2 milhões em 2018 para MZN 1.029,1 no final de 2019.

A tabela que se segue evidencia a evolução dos fundos próprios face ao ano anterior:

Fundos Próprios	2019	2018
Capital Social	1,744,712,000	1,744,712,000
Prémios de emissão	571,653,523	571,653,523
Prejuízos acumulados	(1,029,123,942)	(978,236,438)
Total dos Fundos Próprios	1,287,241,581	1,338,129,085

Indicadores de desempenho

Os indicadores financeiros do Banco cifraram-se em níveis ligeiramente abaixo do registado no período homólogo, devido a evolução dos resultados líquidos e do balanço, com maior destaque para os seguintes:

A Rendibilidade dos Activos Médios (ROAA) cifrou-se em -1,52% ligeiramente acima de -2,02% registado no período homólogo;

A Rendibilidade dos Capitais Próprios Médios (ROAE) fixou-se na ordem de -3,95% acima de -5,07% registado no período homólogo;

O Rácio de Eficiência, medido pelos custos de transformação sobre o Produto Bancário, cifrou-se em 93,60% nível mais favorável quando comparado a 71,91% registado no período homólogo.

Rendibilidade	2019	2018
Rendibilidade dos Activos Médios (ROAA)	-1.52%	-2.02%
Rendibilidade dos Capitais Médios (ROAE)	-3.95%	-5.07%
Produto Bancário / Activo Líquido Médio	7.90%	9.93%

Solvência	2019	2018
Rácio de Solvabilidade regulamentar	138.00%	162.74%
Rácio de Liquidez regulamentar	165.77%	167.52%

Eficiência	2019	2018
Margem Financeira / Activo Remunerado	8.20%	10.32%
Custos de Transformação / Produto Bancário	93.60%	71.91%
Custos com Pessoal / Produto Bancário	50.21%	36.95%

Descrição	2019	2018
Lucro antes de impostos	14,497,653	54,943,151
Lucro líquido / (Prejuízos) do ano	(50,887,504)	(67,776,911)
Activo total líquido	3,234,507,982	3,262,054,767
Capital próprio	1,287,241,581	1,338,129,085
Depósitos de clientes	1,354,901,330	1,605,477,545
Carteira de crédito	49,008,956	45,521,889
Produto Bancário	256,708,726	317,105,780
Margem financeira	211,133,901	310,264,554
Margem complementar	45,574,825	6,841,226
Custos de transformação	240,284,896	228,043,500
Custos com pessoal	128,895,322	117,183,366
Activo remunerado	2,575,257,649	3,005,642,497

Mudanças ocorridas durante o período e perspectivas futuras

Pelo Conselho de administração, aos 15 de Abril de 2020.

Agata Tadeu

Franklin Erebor

Zainadin Dalsuco

Relatório e parecer do Conselho Fiscal



Knowing you.

Parecer de Fiscal Único

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Fiscal Único do United Bank for Africa Moçambique, SA, apreciou o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, referentes ao exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2019.

O Fiscal Único procedeu à análise da informação financeira, e dos demais documentos incluindo o Relatório do Auditor Externo, Deloitte & Touche (Moçambique) Lda, referente ao exercício de 2019 e o Relatório de Actividades e obteve esclarecimentos e informação necessária, junto das diferentes áreas de Direcção do Banco, tendo concluído que, no intervalo dos limites de razoabilidade, tanto quanto pode observar, as Demonstrações Financeira que acompanham, espelham fielmente a situação económico-financeira do United Bank for Africa Moçambique, SA, a 31 de Dezembro de 2019.

Relatório

Depois de analisar os documentos fornecidos pela Direcção do Banco, Auditor Externo e o Auditor Interno, os quais continham as respectivas respectivas notas explicativas, o Relatório do Auditor independente, a Carta de Recomendações e o Relatório do Auditor Interno, pode-se concluir o seguinte:

- O Auditor Externo chama a atenção para o facto do Banco ter reexpressou as suas contas referentes aos exercícios findos em 31 de Dezembro 2018 e 2017, a fim de que pudessem refletir o tratamento contabilístico apropriado, em relação aos impostos retidos na fonte, sobre os juros recebidos. Em resultado da referida reexpressão e conforme divulgado na referida nota, os outros activos e o capital próprio diminuiram em 100.159.042 Meticais.

Parecer

O Fiscal Único Recomenda:

Que sejam aprovados, o Relatório de Actividades, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os demais documentos apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao Exercício Económico de 2019.

Não obstante o prejuízo do Exercício em análise e, as constatações do Auditor Externo, foi notável o esforço e o espírito de resiliência da Gestão e dos demais colaboradores, face aos vários desafios enfrentados.

Com efeito, o Fiscal Único é de Parecer que a Assembleia Geral, do United Bank for Africa Moçambique, SA, aprove:

- O Relatório de Gestão de Conselho de Administração; e
- As Contas referentes ao exercício findo aos 31 de Dezembro de 2019.

Maputo, 28 de Maio de 2020

Kreston Mozambique Lda
(Auditor Certificado n.º 05/SAC/OCAM/2014)



Relatório do Auditor Independente

Aos accionistas do
UNITED BANK FOR AFRICA (MOÇAMBIQUE), SA

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras do United Bank for Africa (Moçambique), SA (“o Banco”), constantes das páginas 8 a 75, que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2019, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do United Bank for Africa (Moçambique), SA em 31 de Dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Bases para a opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras deste relatório.

Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique, o qual está em conformidade com o Código de Ética promulgado pelo Ethics Standards Board for Accountants (IESBA), órgão da IFAC – International Federation of Accountants, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para os seguintes factos:

a) Conforme divulgado na Nota 1.3 n) das demonstrações financeiras, o Banco reexpressou as suas contas referentes aos exercícios findos em 31 de Dezembro 2018 e 31 de Dezembro de 2017, para reflectir o tratamento contabilístico apropriado em relação aos impostos retidos na fonte sobre os juros recebidos.

Dos efeitos da referida reexpressão, conforme divulgado na referida nota, os outros activos e

o capital próprio diminuíram em 100.159.042 Meticais.

b) Em Março de 2020 a Organização Mundial de Saúde declarou a disseminação da doença provocada pelo novo coronavírus (“Covid-19”) como pandemia, a qual tem um impacto negativo nas perspectivas para a economia mundial e Moçambicana.

Conforme descrito na Nota 33 das notas às demonstrações financeiras, dependendo da profundidade e extensão temporal dos impactos disruptivos desta pandemia, a actividade e rendibilidade do Banco, incluindo a valorização dos seus activos, será afectada em maior ou menor grau.

A nossa opinião não é modificada com respeito a estas matérias.

Outra informação

O Conselho de administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o relatório da administração e a declaração de responsabilidades dos administradores conforme requerido pelo Código Comercial. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do Conselho de Administração pelas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenham alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião.

Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista.

As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são considerados materiais se, isolados ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos

de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.

- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade do Banco em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião.

As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificada durante a auditoria.



Deloitte & Touche (Moçambique), Lda
Sociedade de Auditores Certificados nº 09/SAC/OCAM/2014
Representada por:
Zacaria Fakir
Partner
Auditor Certificado nº 16/CA/OCAM/2012
Maputo, 27 de Maio de 2020

Aprovação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação das demonstrações financeiras anuais do United Bank for Africa (Moçambique), SA em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Para satisfazer esta responsabilidade, o Banco dispõe de sistemas internos de controlo conta-

bilístico e administrativo que asseguram a salvaguarda dos activos do Banco e que as respectivas operações e transacções são executadas e escrituradas em conformidade com as normas e os procedimentos adoptados.

Os administradores procederam a uma avaliação para determinar se o Banco tem capacida-

de para continuar a operar com a devida observância do princípio da continuidade, e não têm motivos para duvidar que o Banco continuará a operar segundo esse princípio no próximo ano.

As demonstrações financeiras do ano findo em 31 de Dezembro 2019, constantes nas páginas 8 a 75, foram aprovadas pelo Conselho

de Administração do United Bank for Africa (Moçambique), SA, em 31 de Março de 2019 e vão assinadas em seu nome por:



Zainadin Dalsuco
Conselho de Administração

Relatório de Gestão

O Conselho de Administração apresenta o seu relatório sobre as actividades do United Bank for Africa (Moçambique), SA em conjunto com as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

Estrutura jurídica

United Bank for Africa (Moçambique), SA, é um Banco privado constituído em 2009, tendo iniciado as suas actividades em 22 de Novembro de 2010.

O Banco tem a sua sede social em Moçambique,

Resultados operacionais

Os resultados operacionais do Banco para o ano findo são os seguintes:

	2019	2018 (Reexpresso)
Margem Bruta		
Juros e rendimentos similares	301,299,819	565,779,136
Rendimentos de comissões e serviços	34,838,256	14,055,111
Operações financeiras líquidas	33,653,737	13,314,549
	369,791,812	593,148,796
Lucro antes de impostos	14,497,653	54,943,151
Impostos	(65,385,157)	(122,720,062)
Lucro líquido	(50,887,504)	(67,776,911)

Estrutura do capital social

Em 31 de Dezembro de 2019, o capital integralmente subscrito e realizado compreende a

Accionistas	Numero de acções	%
UBA Plc	1,669,655	9.6980%
Afriland Properties Plc	22,015	1.2618%
African Prudential Plc	53,037	3.0399%
Adejare Rasheed Olaoluwa	3	0.0002%
Emmanuel Nwabuike Nnorom	2	0.0001%
Total	1,744,712	100%

Responsabilidades da Gestão

O Conselho de Administração é responsável pela preparação das demonstrações financeiras, que apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e o desempenho do banco.

Ao fazê-lo, O Conselho de Administração assegura;

1. Manter os registos contabilísticos adequados;
2. As políticas contabilistas adequadas são aplicadas;
3. As estimativas e os julgamentos efectuados são razoáveis e prudentes;
4. O pressuposto de continuidade é tido em consideração, a menos que não seja apropriado presumir que o Banco continuará no negócio; e
5. São instituídos procedimentos de controlo interno que, na medida do possível, salvaguardam os activos do Banco, previnem e detectam fraudes e outras irregularidades.

Activos Tangíveis

As informações relativas aos imóveis, instalações e equipamento estão divulgadas na Nota 16 das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração acredita que, o valor realizável líquido dos bens, instalações e equipamentos não é menor do que o valor apresentado nas demonstrações financeiras.

Recursos humanos

sita na Praça 16 de Junho n.º 312, 2.º andar, em Maputo, e rege-se pelos seus estatutos e outros regulamentos aplicáveis.

Actividade principal

O Banco tem por objecto principal a realização de operações financeiras e a prestação de todos os serviços permitidos aos Bancos comerciais de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente, a concessão de empréstimos em moeda nacional e estrangeira, a concessão de letras de crédito e de garantias bancárias, transacções em moeda estrangeira e recepção de depósitos em moeda nacional e estrangeira.

1,744,712 (2018: 1,744,712) acções ordinárias, com valor nominal de 1,000 meticais, e estão distribuídas da seguinte forma:

(i) Admissão de pessoas com deficiência

O Banco continua a manter uma política de dar a justa consideração aos pedidos de emprego feitos por pessoas com deficiência tendo em conta as suas capacidades e aptidões.

As políticas do Banco proíbem a discriminação contra pessoas com deficiência no recrutamento, formação e carreira dos funcionários. No caso dos membros da equipa se tornarem deficientes, serão feitos esforços para assegurar que os seus empregos no Banco se mantenham, garantindo formação adequada de modo que se encaixem no ambiente de trabalho do Banco.

(ii) Saúde, segurança no trabalho e bem-estar dos funcionários

As instalações do Banco estão desenhadas com vista a garantir a segurança e as condições de vida saudáveis de seus funcionários e clientes.

Os funcionários estão adequadamente seguros contra riscos operacionais e outros. Além disso, o Banco oferece serviços médicos aos seus funcionários e familiares directos.

(iii) Desenvolvimento do pessoal e formação

O Banco incentiva a participação dos seus colaboradores nas decisões relacionadas com assuntos que afectem o bem-estar dos seus funcionários. Para esse fim, o Banco oferece oportunidades onde os funcionários deliberam sobre questões que afectam o Banco e os interesses dos empregados, com vista a tomar medidas para as decisões nesta matéria.

De acordo com a política de desenvolvimento contínuo, o Banco elabora programas de formação anuais. Os programas incluem formação no trabalho, sessões em sala de aula

e programas de formação baseados na Web que se encontram disponíveis para todos os funcionários.

Auditores

Durante o ano, a Administração nomeou a Deloitte & Touche (Moçambique), Limitada como auditor independente do Banco.


Zainadin Dalsuco
Conselho de Administração

Informação do banco

Conselho de Administração	Função
Ágata Tadeu	Membro
Emeke Iweriebor	Membro
Franklin Erebor	Membro
Zainadin Dalsuco	Membro
Secretária:	Yolanda dos Santos
Escritório Registrado	Praça 16 de Junho – 312 – 2º Andar Malanga, Maputo, Moçambique.
Auditor independente:	Deloitte & Touche (Moçambique) Limitada Rua dos desportistas, N.º 833, Maputo, Moçambique.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

Em 31 de Dezembro de 2019

	Notas	2019	2018 (Reexpresso)
Juros e rendimentos similares	2	301,299,819	565,779,136
Juros e gastos similares	2	(90,165,918)	(255,514,582)
Margem financeira	2	211,133,901	310,264,555
Rendimentos de serviços e comissões	3	34,838,256	14,055,111
Gastos com serviços e comissões	3	(22,917,168)	(20,528,434)
Rendimento líquido de serviços e comissões	3	11 921 088	(6,473,323)
Rendimentos em operações cambiais	4	33,653,737	13,314,549
Produto Bancário		256,708,726	317,105,780
Gastos com imparidades	14	(5,284,589)	(5,071,433)
Rendimento operacional		251,424,137	312,034,348
Gastos com pessoal	5	(128,895,322)	(117,183,366)
Gastos administrativos	6	(80,566,085)	(100,988,552)
Depreciações e amortizações	16,17,18	(30,823,489)	(9,871,582)
Outros gastos operacionais	7	(663,892)	(31,007,334)
Outros rendimentos operacionais	8	4,022,304	1,959,638
Resultado antes de impostos		14,497,653	54,943,151
Imposto sobre rendimento	9	(65,385,157)	(122,720,062)
Resultado líquido do exercício		(50,887,504)	(67,776,911)
Outro rendimento integral		-	-
Total do rendimento integral do exercício, líquido de imposto		(50,887,504)	(67,776,911)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2019

	Notas	2019	2018 (Reexpresso)
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Resultado líquido do exercício		(50,887,504)	(67,776,911)
Ajustamentos:			
Depreciações e amortizações	16,17	13,214,189	9,871,582
Gastos em imparidades	-	5,284,589	5,071,433
Activos recebidos como reembolsos de crédito		11,048,890	(11,048,890)
Varição nos activos operacionais	27	(53,906,609)	(6,668,225)
Varição nos passivos operacionais	27	23,340,695	225,644,344
Aumento das reservas obrigatórias no Banco Central	28	(3,716,646)	(18,830,089)
Fluxo de caixa líquido (usado)/ gerado nas actividades operacionais		(55,622,395)	136,263,244
Fluxo de caixa das actividades de investimentos			
Aquisição de activos tangíveis	16	(20,372,780)	(16,086,009)
Aquisição de activos intangíveis	17	(2,562,971)	(8,847,560)
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		-	2,258,754
Recebimentos de investimentos em títulos	13	2,974,803,112	2,631,445,429
Aquisições de títulos	13	(1,884,721,674)	(2,731,245,779)
Fluxo de caixa líquido gerado/ (usado) nas actividades de investimentos		1,067,145,687	(122,475,164)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		1,011,523,291	13,788,080
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano		565,561,016	551,772,936
Caixa e equivalentes de caixa no final do ano	28	1,577,084,307	565,561,016

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2019

	Notas	2019	2018 (Reexpresso)	2017 (Reexpresso)
ACTIVOS				
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	532,562,205	159,819,935	195,623,392
Disponibilidades em instituições de crédito	11	15,476,444	29,188,301	35,125,738
Aplicações em instituições de crédito	12	1,204,118,114	547,908,591	475,808,281
Investimentos em títulos	13	1,322,130,579	2,412,212,017	2,312,411,668
Empréstimos e adiantamentos a clientes	14	49,008,956	45,521,889	35,039,427
Outros activos	15	7,735,416	16,674,723	25,560,393
Activos não correntes detidos para venda	19	-	11,048,890	-
Activo tangíveis	16	39,020,051	29,063,393	21,295,793
Activos sob direito de uso	18	54,074,286	-	-
Activos intangíveis	17	10,381,931	10,617,028	3,322,642
Total		3,234,507,982	3,262,054,767	3,104,187,334
PASSIVOS				
Recursos de instituições de crédito	21	495,866,281	272,785,658	348,218,000
Depósitos de clientes	20	1,354,901,330	1,605,477,545	1,333,137,754
Passivos de locação	22	58,604,224	-	-
Outros passivos	23	37,894,566	45,662,479	16,925,584
Total		1,947,266,401	1,923,925,682	1,698,281,338
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital Social	24	1,744,712,000	1,744,712,000	1,744,712,000
Prémios de emissão	25	571,653,523	571,653,523	571,653,523
Prejuízos acumulados		(1,029,123,942)	(978,236,438)	(910,459,527)
Total		1,287,241,581	1,338,129,085	1,405,905,996
Total de passivos e capital próprios		3,234,507,982	3,262,054,767	3,104,187,334

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2019

	Capital social (Nota 24)	Premios de emissão (Nota 25)	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	515,437,000	571,653,523	(897,157,179)	189,933,344
Emissão de acções	1,229,275,000	-	-	1,229,275,000
Resultado líquido do exercício	-	-	(13,185,958)	(13,185,958)
Ajustamentos	-	-	(116,390)	(116,390)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	1,744,712,000	571,653,523	(910,459,527)	1,405,905,996
Resultado líquido do exercício	-	-	(67,776,911)	(67,776,911)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	1,744,712,000	571,653,523	(978,236,438)	1,338,129,085
Resultado líquido do exercício	-	-	(50,887,504)	(50,887,504)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	1,744,712,000	571,653,523	(1,029,123,942)	1,287,241,581



Administrador



Administrador

INTRODUÇÃO

United Bank for Africa (Moçambique), SA (adiante designado como UBA ou Banco) é um banco comercial privado, constituído em 2009, que começou a operar em Novembro de 2010, com a sua sede na praça 16 de Junho, nº 312 Edifício do INCM, 2º andar Malanga - Maputo, Moçambique.

A Empresa mãe é o United Bank for Africa Plc, um Banco constituído na Nigéria e também envolvido em actividades de banca comercial.

1. Políticas contabilísticas**1.1. Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras anuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) e com base no custo histórico, excepto quando expressamente indicado em contrário nas políticas contabilísticas.

As demonstrações financeiras do Banco foram autorizadas para emissão pelo Conselho de

Administração em 31 de Março de 2020 e serão submetidas à aprovação pelos Accionistas em Assembleia-Geral.

1.2. Estimativas e julgamentos significativos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de certas estimativas contabilísticas críticas. Também exige que a administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas do Banco.

As notas explicativas às demonstrações financeiras estabelecem áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras do Banco.

Na aplicação das políticas contabilísticas do Banco, o Conselho de Administração usou os seus julgamentos e estimativas na determinação dos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. As mais significativas dizem respeito a:

Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando o justo valor de activos e passivos financeiros registados nas demonstrações financeiras não pode ser calculado com base em cotações de mercados activos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem uso de modelos matemáticos.

Os dados a inserir nestes modelos são calculados com base na informação disponível de mercados, contudo, sempre que tal não seja exigível, é necessário recorrer em alguma medida a ponderações para determinar o justo valor.

As alterações nos pressupostos acerca destes factores podem afectar o justo valor reconhecido nas demonstrações financeiras.

As técnicas de avaliação incluem o valor actual líquido, modelos de fluxos de caixa descontados e outros modelos de avaliação. Pressupostos e inputs utilizados em técnicas de avaliação de risco incluem as taxas de juro livre e de referência, os spreads de crédito e outros prémios utilizados para estimar as taxas de desconto, preços de obrigações, bilhetes de tesouro e taxas de câmbio.

O objectivo das técnicas de avaliação é chegar a uma determinação do justo valor que reflecte o preço do instrumento financeiro na data do relato, a qual teria sido determinada pelos participantes no mercado actuando numa base comercial.

Perdas por imparidade de empréstimos e adiantamentos a clientes

A seguir, são apresentados os julgamentos críticos, além dos que envolvem estimativas (tratadas separadamente abaixo), que a Administração fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas do Banco e que têm o efeito mais significativo nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

• **Avaliação do modelo de negócios:** A classificação e a mensuração de activos financeiros dependem dos resultados do fluxos de caixa contratuais (Pagamento de Juros e Capital) e do teste do modelo de negócios.

O Banco determina o modelo de negócios em um nível que reflecte como grupos de activos financeiros são geridos para atingir um objectivo de negócios específico.

Essa avaliação inclui julgamentos que refletem todas as evidências relevantes, incluindo o desempenho dos activos; os riscos que afectam o desempenho dos activos e como estes são geridos e como os gestores dos activos são remunerados.

O Banco monitora activos financeiros mensurados ao custo amortizado ou justo valor através do rendimento integral que são desreconhecidos antes da sua maturidade para entender o motivo da sua alienação e se as razões são consistentes com o objectivo do negócio para o qual o activo foi mantido.

O monitoramento faz parte da avaliação contínua do Banco para assegurar que modelo de negócios para o qual os activos financeiros remanescentes são mantidos continua a ser apropriado, caso tenha havido uma alteração no modelo de negócios, a classificação dos activos é alterada prospectivamente.

• **Aumento significativo do risco de crédito:** As perdas de crédito esperadas (ECL) são mensuradas como uma provisão igual a ECL de 12 meses para activos de estágio 1, ou activos de ECL ao longo

da vida esperada para activos de estágio 2 ou 3.

Um activo passa para o estágio 2 quando o seu risco de crédito aumenta significativamente desde o reconhecimento inicial. A IFRS 9 não define o que constitui um aumento significativo no risco de crédito.

Ao avaliar se o risco de crédito de um activo aumentou significativamente, o Banco leva em consideração informações prospectivas qualitativas e quantitativas razoáveis e sustentáveis.

• Estabelecimento de grupos de activos com características semelhantes de risco de crédito: Quando as ECLs são medidas colectivamente, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco compartilhadas.

O Banco monitora a adequação das características de risco de crédito em uma base contínua para avaliar se elas continuam sendo semelhantes. Isso é necessário para assegurar que, caso as características do risco de crédito alterem, haja uma adequada segmentação dos activos.

Isso pode resultar na criação de novos portfólios ou na migração de activos para um portfólio existente que reflecta melhor as características semelhantes de risco de crédito desse grupo de activos.

A ressegmentação de portfólios e movimento entre carteiras é mais comum quando há um aumento significativo no risco de crédito (ou quando esse aumento significativo reverte) e assim os activos passam de ECLs de 12 meses para períodos de vida, ou vice-versa, mas também podem ocorrer dentro de carteiras que continuam a ser medidas na mesma base de ECLs de 12 meses ou vida útil, mas o valor da ECL muda porque o risco de crédito das carteiras é diferente.

• Modelos e premissas utilizadas: O Banco utiliza diversos modelos e premissas na mensuração do justo valor de activos financeiros, bem como na estimativa de ECL.

O julgamento é aplicado na identificação do modelo mais apropriado para cada tipo de activo, bem como na determinação das premissas utilizadas nesses modelos, incluindo as premissas relacionadas aos principais determinantes do risco de crédito.

Principais fontes de incerteza de estimativa

A seguir estão as principais estimativas que os administradores utilizaram no processo de aplicação das políticas contabilísticas do Banco e que têm o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

• **Determinar o número e respectivos ponderadores de cenários prospectivos (forward-looking) para cada tipo de produto / mercado e determinar as informações de prospectivas relevantes para cada cenário:** Ao mensurar a ECL, o Banco usa informações prospectivas razoáveis e suportáveis, que são baseadas em suposições para o futuro movimento de diferentes factores económicos e como esses factores afectarão uns e outros.

• **Probabilidade de incumprimento (PD):** constitui um factor-chave na mensuração da ECL. A PD é uma estimativa da probabilidade de incumprimento em um determinado horizonte de tempo, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras.

• **Perda dado o incumprimento (LGD):** É uma estimativa da perda decorrente do

incumprimento. É baseado na diferença entre os fluxos de caixa contratuais vencidos e aqueles que o Banco esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e de crédito integral.

Mensuração do justo valor e processo de avaliação: Ao estimar o justo valor de um activo ou passivo financeiro, o Banco utiliza dados observáveis no mercado, na medida em que estejam disponíveis. Quando os dados do Nível 1 não estão disponíveis, o Banco usa modelos de avaliação para determinar o justo valor dos seus instrumentos financeiros.

IMPOSTOS

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações.

Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Banco sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As Autoridades Fiscais dispõem de faculdade de rever a posição fiscal do Banco durante um período de cinco (5) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPS (Imposto sobre pessoas singulares), IRPC (Imposto sobre pessoas colectivas) e IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado).

O Conselho de Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que o Banco se encontra sujeito. Eventuais correcções à base fiscal declarada, como resultado dessas revisões, não deverão ter um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras.

Activos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis e permitirão que o activo por impostos diferidos seja recuperado no futuro face ao qual os mesmos activos podem ser utilizados.

Os prováveis lucros tributáveis são estimados

	2019	2018
Dólar Americano	61.47	61.47
Euro	68.89	70.25
Rand Sul Africano	4.37	4.28
Libra	80.72	78.1
Naira	0.17	0.17

b) Reconhecimento de réditos e gastos

O réditos é reconhecido quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para o banco, e esses benefícios possam ser favelmente mensuráveis. O reconhecimento de réditos obedece os seguintes critérios por rubrica:

i) Juros, rendimentos e gastos financeiros

Os rendimentos e gastos de juros para todos os instrumentos financeiros, excepto aqueles classificados como mantidos para negociação ou aqueles mensurados ou designados pelo valor justo, são reconhecidos na rubrica "Juros e rendimentos similares" como e "Juros e gastos similares" no resultado através do método da taxa de juros efectiva.

Os juros dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através dos resultados são incluídos no movimento do valor justo durante o período.

A taxa de juro efectiva (TJE) é a taxa que desconta exactamente os fluxos de caixa futuros

com base em planos de negócios que incluem estimativas e pressupostos sobre o crescimento económico, taxas de juros, taxa de inflação, taxas de imposto e forças concorrenciais.

1.3. Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras foram aplicadas de forma consistente a todos os exercícios apresentados (excepto quando divulgado de outra forma):

a) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, sendo a moeda funcional do Banco e moeda de apresentação. Transacções em moeda estrangeira são reconhecidas com a taxa de câmbio à data de transacção.

Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos à taxa de câmbio média diária divulgada pelo Banco de Moçambique à data de balanço.

As diferenças de câmbio são reconhecidas em resultados no período a que respeitam.

Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que sejam determinados pelo seu custo histórico, são convertíveis à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do ano, ajustado por juros e pagamentos efectivos durante o ano, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio à vista no final do ano.

Activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data em que o justo valor é determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio à vista na data da transacção.

As diferenças em moeda estrangeira resultantes da conversão são reconhecidas nos resultados.

As taxas de câmbio utilizadas para a conversão de saldos relevantes, denominados em moeda estrangeira são as seguintes:

estimados do instrumento financeiro ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, num período mais curto, para o valor líquido actual do activo ou passivo financeiro.

Os fluxos de caixa futuros são estimados levando em consideração todos os termos contratuais do instrumento.

O cálculo da TJE inclui todas as taxas e pontos pagos ou recebidos entre as partes do contrato, que são incrementais e diretamente atribuíveis ao contrato de empréstimo específico, aos custos de transacção e a todos os outros prémios ou descontos.

Para os activos financeiros ao valor justo através de resultados, os custos de transacção são reconhecidos no resultado no reconhecimento inicial.

O rendimento/gasto de juros é calculado aplicando-se a TJE ao valor contabilístico bruto de activos financeiros (ou seja, ao custo

amortizado do activo financeiro antes do ajustamento de qualquer imparidade), ou ao custo amortizado de passivos financeiros.

Para os activos financeiros com perda de imparidade, o rendimento de juros é calculado aplicando-se a TJE ao custo amortizado dos activos financeiros com perda de imparidade (ou seja, o valor contabilístico bruto menos a provisão para perdas esperadas de crédito (ECLs).

Para activos financeiros originados ou comprados com redução no valor recuperável de crédito (POCI), a TJE reflecte as ECLs na determinação dos fluxos de caixa futuros que se espera que sejam recebidas do activo financeiro.

ii) Rendimentos provenientes de serviços e comissões

Os rendimentos e gastos de comissões incluem outras taxas que não aquelas que são parte integrante da TJE. As comissões incluídas nesta parte da demonstração de resultados incluem, entre outras coisas, comissões cobradas pelo serviço de um empréstimo, taxas de não utilização relacionadas com compromissos de empréstimo, quando é improvável que resultem num acordo de empréstimo específico e comissões na sindicância de empréstimos.

Gastos de honorários e comissões com relação a serviços são contabilizadas na medida que os serviços são recebidos.

iii) Rendimentos líquidos em operações financeiras

Os resultados em operações financeiras incluem todos os ganhos e perdas de variações no justo valor de activos financeiros e passivos financeiros mantidos para negociação. O Banco optou por apresentar o movimento do justo valor dos activos e passivos mantidos para negociação nos resultados de operações financeiras, incluindo quaisquer rendimentos, gastos de juros e dividendos.

c) Instrumentos financeiros reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço do Banco quando este se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Activos e passivos financeiros são mensurados inicialmente pelo justo valor. Os custos de transacção que são directamente atribuíveis à aquisição ou emissão de activos e passivos financeiros (que não sejam activos financeiros e passivos financeiros no justo valor através de resultados (FVTPL) são adicionados ou deduzidos do justo valor dos activos ou passivos financeiros, conforme o caso, no momento do reconhecimento inicial.

Os custos de transacção directamente atribuíveis à aquisição de activos e passivos financeiros ao justo valor por meio de resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Se o preço de transacção diferir do justo valor no reconhecimento inicial, o banco contabilizará essa diferença da seguinte forma:

- Se o justo valor for evidenciado por um preço cotado em um Mercado activo para um activo ou passivo idêntico ou com base em uma técnica de avaliação que utiliza apenas dados de mercados observáveis, a diferença é reconhecida no resultado no reconhecimento inicial (ou seja, dia 1 lucros ou prejuízos);

- Em todos os outros casos, o justo valor será ajustado para alinhá-lo ao preço da transacção (ou seja, o lucro ou a perda do dia 1 será diferido, incluindo no valor contabilístico inicial do activo ou passivo).

Após ao reconhecimento inicial, o ganho ou perda diferido será transferido para resultados de forma racional, apenas na extensão em que surgir de uma mudança em um factor (incluindo o tempo) que os participantes do Mercado levariam em consideração ao colocarem o preço de um activo ou passivo.

i) Activos financeiros

Todos os activos financeiros são reconhecidos e desreconhecidos em uma data de negociação em que a compra ou venda de um activo

financeiro está sob um contrato cujos termos exigem a entrega do activo financeiro dentro do prazo estabelecido pelo mercado em questão e são inicialmente mensurados pelo justo valor, mais custos de transacção, excepto para aqueles activos financeiros classificados como FVTPL.

Os custos de transacção directamente atribuíveis à aquisição de activos financeiros classificados como FVTPL são reconhecidos imediatamente no resultado.

Todos os activos financeiros reconhecidos que estão dentro do âmbito da IFRS 9 devem ser subsequentemente mensurados pelo custo amortizado ou pelo justo valor com base no modelo de negócios da entidade para gerir os activos financeiros e nas características contratuais do fluxo de caixa dos activos financeiros. Especificamente:

- instrumentos de dívida mantidos em um modelo de negócios cujo objectivo é colectar os fluxos de caixa contratuais e que tenham fluxos de caixa contratuais que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida (SPPI), são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado;

- os instrumentos de dívida mantidos em um modelo de negócios cujo objectivo é colectar os fluxos de caixa contratuais e vender os instrumentos de dívida, e que possuem fluxos de caixa contratuais que são SPPI, são subsequentemente mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral (FVTOCI);

- todos os outros instrumentos de dívida (por exemplo, instrumentos de dívida administrados com base no justo valor, ou mantidos para venda) e investimentos em acções são subsequentemente mensurados ao justo valor através de resultados (FVTPL).

No entanto, o Banco pode fazer a seguinte eleição ou designação irrevogável no reconhecimento inicial de um activo financeiro, activo por activo:

- o Banco pode, de maneira irrevogável, apresentar alterações subsequentes no valor do justo valor de um investimento em acções que não seja mantido para negociação nem contraprestação contingente reconhecida por um adquirente em uma combinação de negócios à qual o IRFS 3 se aplica, em OCI; e

- o Banco pode, de forma irrevogável, designar um instrumento de dívida que atenda aos critérios de custo amortizado ou FVTOCI, conforme mensurado no FVTPL, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contabilístico (referido como opção de justo valor).

Activos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral (FVTOCI)

O Banco avalia a classificação e mensuração de um activo financeiro com base nas características contratuais do fluxo de caixa do activo e no modelo de negócios do Banco para gerir o activo.

Para que um activo seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo FVTOCI, seus termos contratuais devem originar fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros do montante em dívida (SPPI).

Para fins de teste SPPI, capital é o justo valor do activo financeiro no reconhecimento inicial. Esse valor do capital pode mudar ao longo da vida do activo financeiro (por exemplo, se houver reembolsos do capital).

Os juros consistem na consideração do valor temporal do dinheiro, do risco de crédito associado ao valor do capital em dívida durante um determinado período de tempo e de outros riscos e custos básicos de empréstimos, além de uma margem de lucro. A avaliação do SPPI é feita na moeda em que o activo financeiro é denominado.

Os fluxos de caixa contratuais que são SPPI são consistentes com um acordo de empréstimo básico. Os termos contratuais que introduzem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de

caixa contratuais que não estão relacionados a um acordo básico de empréstimo, como exposição a mudanças nos preços das ações ou dos preços das commodities, não dão origem a fluxos de caixa contratuais que são SPPI.

Um activo financeiro originado ou adquirido pode ser um acordo de empréstimo básico, independentemente de ser um empréstimo em sua forma legal.

Uma avaliação dos modelos de negócios para gestão de activos financeiros é fundamental para a classificação de um activo financeiro.

O Banco determina os modelos de negócios em um nível que reflete como os grupos de activos financeiros são geridos em conjunto para atingir um objectivo comercial específico.

O modelo de negócios do Banco não depende das intenções da administração para um instrumento individual; portanto, a avaliação do modelo de negócios é realizada em um nível mais alto de agregação do que instrumento-por-instrumento.

O Banco possui mais de um modelo de negócios para gerir seus instrumentos financeiros, que refletem como o banco gere os seus activos financeiros, a fim de gerar fluxos de caixa.

Os modelos de negócios do Banco determinam se os fluxos de caixa resultarão de recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda de activos financeiros ou de ambos.

O Banco considera todas as informações relevantes disponíveis ao fazer a avaliação do modelo de negócios. No entanto, essa avaliação não é realizada com base em cenários que o Banco razoavelmente não espera que ocorram, como os chamados cenários de 'pior caso' ou 'caso de estresse'.

O Banco leva em consideração todas as evidências relevantes disponíveis, como:

- como o desempenho do modelo de negócios e os activos financeiros mantidos nesse modelo de negócios são avaliados e relatados ao pessoal-chave da administração da entidade;
- os riscos que afectam o desempenho do modelo de negócios (e os activos financeiros mantidos nesse modelo de negócios) e, em particular, a maneira pela qual esses riscos são geridos; e
- como os gestores da empresa são remunerados (por exemplo, se a remuneração é baseada no justo valor dos activos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais recebidos).

No reconhecimento inicial de um activo financeiro, o Banco determina se os activos financeiros recentemente reconhecidos fazem parte de um modelo de negócios existente ou se refletem o início de um novo modelo de negócio.

O Banco reavalia seus modelos de negócios a cada período do relatório para determinar se os modelos de negócios foram alterados desde o período anterior.

Para o período actual e anterior do relatório, o Banco não identificou uma mudança em seus modelos de negócios.

Quando um instrumento de dívida mensurado no FVTOCI é desreconhecido, o ganho/perda acumulado anteriormente reconhecido no OCI é reclassificado do capital próprio para o resultado.

Por outro lado, para um investimento em ações designado como mensurado no FVTOCI, o ganho/perda acumulado anteriormente reconhecido no OCI não é subsequentemente reclassificado para o resultado, mas dentro do capital próprio.

Instrumentos financeiros que são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado ou pelo FVTOCI estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

No período de reporte actual e anterior, o Banco aplicou a opção de justo valor e designou

instrumentos financeiros que atendem ao custo amortizado ou aos critérios do FVTOCI, conforme mensurado no FVTPL.

Activo Financeiro ao justo valor através do resultado (FVTPL)

Os activos financeiros do FVTPL são:

- activos com fluxos de caixa contratuais que não são SPPI; e ou
- activos mantidos em um modelo de negócios que não sejam mantidos para receber fluxos de caixa contratuais ou mantidos para colectar e vender; ou
- activos designados ao FVTPL usando a opção do justo valor. Esses activos são mensurados pelo justo valor, com quaisquer ganhos/perdas decorrentes de reavaliação reconhecidos no resultado.

Reclassificação entre categorias de activos financeiros

Se o modelo de negócios sob o qual o Banco detém activos financeiros altera, os activos financeiros afectados são reclassificados.

Os requisitos de classificação e mensuração relacionados à nova categoria se aplicam prospectivamente a partir do primeiro dia do primeiro período de relato após a mudança no modelo de negócios que resulta na reclassificação dos activos financeiros do Banco.

Durante o exercício financeiro actual e o período contábilístico anterior, não houve alteração no modelo de negócios sob o qual o Banco detém activos financeiros e, portanto, não houve reclassificações.

As mudanças nos fluxos de caixa contratuais são consideradas na política contábilística de modificação e desreconhecimento de activos financeiros descrita abaixo.

Ganhos e perdas cambiais

O valor contábilístico dos activos financeiros denominados em moeda estrangeira é determinado nessa moeda estrangeira e convertido pela taxa spot no final de cada período do relato. Especificamente:

- para activos financeiros mensurados pelo custo amortizado que não fazem parte de um relacionamento de hedge designado, as diferenças de câmbio são reconhecidas no resultado no item de linha 'outras receitas';
- para instrumentos financeiros medidos pelo justo valor através de outro rendimento integral que não fazem parte de uma relação de cobertura designada, as diferenças de câmbio no custo amortizado do instrumento financeiro são reconhecidas no resultado no item de linha 'outras receitas'.

Outras diferenças de câmbio são reconhecidas no outro rendimento integral na reserva de reavaliação de investimentos;

- para activos financeiros mensurados no FVTPL que não fazem parte da relação de contabilidade de hedge designada, as diferenças de câmbio são reconhecidas no resultado ou na 'receita líquida de negociação', se o activo for mantido para negociação ou na 'receita líquida de outros instrumentos financeiros'. Instrumentos no FVTPL, se detidos de outro modo no FVTPL; e

- para instrumentos patrimoniais mensurados no FVTOCI, as diferenças de câmbio são reconhecidas no OCI na reserva de reavaliação de investimentos.

Imparidade de activos financeiros

O modelo de imparidade do Banco toma em consideração as perdas de crédito esperadas (ECL) nos seguintes instrumentos financeiros que não são mensurados no justo valor através de resultados (FVTPL):

- empréstimos e adiantamentos a bancos;
- empréstimos e adiantamentos a clientes;
- títulos de investimentos em dívida;

- recebimentos de locação;
- compromissos de empréstimos emitidos; e
- contratos de garantia financeira emitidos.

Nenhuma perda por imparidade ao valor recuperável é reconhecida nos investimentos em ações.

Com excepção dos activos financeiros adquiridos ou originados com imparidade de crédito (POCI) (que são considerados separadamente abaixo), as ECLs devem ser mensuradas por meio de uma provisão para perdas no valor igual a:

- ECL de 12 meses, ou seja, ECL ao longo da vida esperada que resulta desses eventos padrão no instrumento financeiro que são possíveis dentro de 12 meses após a data do relato (referido como Estágio 1); ou
- ECL ao longo da vida esperada, ou seja, ECL ao longo da vida esperada resultante de todos os possíveis eventos padrão durante a vida útil do instrumento financeiro (referidos como Estágio 2 e Estágio 3).

É necessária uma provisão para perdas para toda vida útil da ECL para um instrumento financeiro se o risco de crédito nesse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Para todos os outros instrumentos financeiros, as ECLs são mensuradas em um valor igual à ECL de 12 meses.

A política do Banco é sempre medir as provisões para perdas por imparidade de recebíveis de locação mercantil como ECL ao longo da vida esperada.

As ECLs são uma estimativa ponderada pela probabilidade do valor presente das perdas de crédito. São mensurados como o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Banco sob o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber decorrentes da ponderação de vários cenários económicos futuros, descontados a taxa de juro efectiva original do activo (EIR).

- para compromisso de empréstimos não utilizados, a ECL é a diferença entre o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos ao Banco se o detentor do compromisso utilizar o empréstimo e os fluxos de caixa que o Banco espera receber se o empréstimo foi utilizado; e

- para contratos de garantia financeira, a ECL é a diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar o detentor do instrumento da dívida garantida menos os valores que o banco espera receber do detentor, do devedor ou de qualquer outra parte.

O Banco mensura a ECL de forma individual ou colectiva para carteiras de empréstimos que compartilham características de risco económico semelhantes. A mensuração da provisão para perdas é baseada no valor presente dos fluxos de caixa esperados do activo usando o EIR original do activo, independentemente de ser mensurado individualmente ou colectivamente.

Activos financeiros com imparidade de crédito

Um activo financeiro é 'com imparidade de crédito' quando um ou mais eventos que têm um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ocorreram. Activos financeiros com redução do valor do crédito são referidos como activos do Estágio 3.

As evidências de redução ao valor recuperável incluem dados observáveis sobre os seguintes eventos:

- dificuldade financeira significativa do mutuário ou emissor;
- uma quebra de contrato, como um evento padrão ou vencido;
- o credor do devedor, por razões económicas ou contratuais relacionadas à dificuldade financeira do devedor, tendo concedido ao devedor uma concessão que o credor não consideraria;

- o desaparecimento de um mercado activo para um título devido à dificuldades financeiras; ou

- a compra de um activo financeiro com um desconto substancial que reflete as perdas de crédito incorridas.

Pode não ser possível identificar um único evento discreto. Em vez disso, o efeito combinado de vários eventos pode ter causado a perda de crédito de activos financeiros.

O Banco avalia se os instrumentos de dívida que são activos financeiros mensurados ao custo amortizado ou FVTOCI apresentam redução ao valor recuperável em cada data de relato.

Para avaliar se os instrumentos de dívida soberana e corporativa estão com imparidade de crédito, o Banco considera factores como rendimentos de títulos, classificações de crédito e a capacidade de mutuário de captar recursos.

Um empréstimo é considerado com imparidade de crédito quando uma concessão é concedida ao mutuário devido a uma deterioração da condição financeira do mutuário, a menos que haja evidência de que, como resultado da concessão, o risco de não receber os fluxos de caixa contratuais tenha reduzido significativamente e não há outros indicadores de imparidade.

Para activos financeiros em que as concessões são contempladas, mas não concedidas, o activo é considerado com redução no valor recuperável quando houver evidência observável de redução no valor recuperável, incluindo o atendimento à definição de inadimplência.

A definição da inadimplência (veja abaixo) inclui a probabilidade de pagamento de indicadores e um anti-retorno se os valores estiverem vencidos há 90 dias ou mais.

Activos financeiros adquiridos ou originados com imparidade de crédito (POCI)

Os activos financeiros da POCI são tratados de maneira diferente porque o activo é afectado por crédito no reconhecimento inicial. Para esses activos, o Banco reconhece todas as alterações no ECL ao longo da vida esperada desde o reconhecimento inicial como uma provisão para perdas com quaisquer alterações reconhecidas no resultado. Uma mudança favorável para esses activos cria um ganho por redução da imparidade.

Definição de incumprimento

A definição de incumprimento é usada na mensuração da quantia de Perdas de crédito esperadas (ECL) e na determinação se a provisão para perdas é baseada em ECL de 12 meses ou vida útil, pois o incumprimento é um componente da probabilidade de incumprimento (PD) que afecta tanto a mensuração ECL e a identificação de um aumento significativo do risco de crédito.

O Banco considera os seguinte eventos como evidências de incumprimento:

- o mutuário está vencido há mais de 90 dias em qualquer obrigação de crédito relevante para o Banco; ou
- é improvável que o mutuário pague integralmente suas obrigações de crédito ao Banco.

A definição de incumprimento é apropriadamente adaptada para reflectir características de diferentes tipos de activos. Os descobertos são considerados como vencidos uma vez que o cliente tenha ultrapassado o limite estabelecido ou tenha sido informado de um limite menor do que o valor actual em aberto.

Ao avaliar se é improvável que o mutuário pague sua obrigação de crédito, o Banco leva em conta os indicadores qualitativos e quantitativos.

As informações avaliadas dependem do tipo de activo, por exemplo, em empréstimos corporativos, um indicador qualitativo usado é a quebra de cláusulas contratuais, o que não é relevante para empréstimos de retalho. Indicadores quantitativos, como status de atraso e não pagamento de outra obrigação da

mesma contraparte, são insumos fundamentais nessa análise.

O banco utiliza uma variedade de fontes de informação para avaliar o incumprimento, que são desenvolvidas internamente ou obtidas de fontes externas.

Aumento significativo no risco de crédito

O Banco monitora todos os activos financeiros, compromissos de empréstimos emitidos e contratos de garantia financeira que estão sujeitos aos requisitos de imparidade para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Se tiver havido um aumento significativo no risco de crédito, o Banco irá mensurar a provisão para perdas com base na duração ao invés da ECL de 12 meses.

A política contabilística do Banco não é usar o expediente prático de considerar que os activos financeiros com risco de crédito "baixo" na data de relato financeiro não tiveram um aumento significativo no risco de crédito.

Como resultado, o Banco monitora todos os activos financeiros, compromissos de empréstimos emitidos e contratos de garantia financeira que estão sujeitos à redução do valor recuperável para um aumento significativo no risco de crédito.

Ao avaliar se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Banco compara o risco de ocorrência de um incumprimento no instrumento financeiro na data do balanço com base no vencimento remanescente do instrumento com o risco de ocorrer um incumprimento.

Ao fazer essa avaliação, o Banco considera informações quantitativas e qualitativas que sejam razoáveis e sustentáveis, incluindo a experiência histórica e as informações prospectivas que estão disponíveis sem custo ou esforço excessivo, com base na experiência histórica do Banco e na avaliação de crédito especializada, incluindo estimativas futuras em formação.

Múltiplos cenários económicos formam a base para determinar a probabilidade de incumprimento (PD) no reconhecimento inicial e nas datas subsequentes. Cenários económicos diferentes levarão a uma probabilidade diferente de incumprimento.

É a ponderação desses diferentes cenários que formam a base de uma probabilidade média ponderada de incumprimento que é usada para determinar se o risco de crédito aumentou significativamente.

Para empréstimos corporativos, as informações prospectivas incluem as perspectivas futuras das indústrias nas quais as contrapartes do Banco operam, obtidas de relatórios económicos de especialistas, analistas financeiros, órgãos governamentais, grupos de reflexão relevantes e outras organizações similares, bem como a consideração de vários departamentos internos e fontes externas de informações económicas reais e previstas.

Para o retalho, as informações prospectivas de empréstimos incluem as mesmas previsões económicas que os empréstimos corporativos com previsões adicionais de indicadores económicos locais, particularmente para regiões com concentração em determinadas indústrias, bem como informações geradas internamente sobre o comportamento de pagamento de clientes.

O Banco atribui às suas contrapartes um nível de risco de crédito interno relevante, dependendo da sua qualidade de crédito. A informação quantitativa é um indicador primário de aumento significativo no risco de crédito e é baseada na mudança na PD ao longo da vida comparando:

- A PD remanescente da vida do instrumento na data do balanço; com
- A PD do tempo de vida restante do instrumento para este momento que foi

estimado com base em factos e circunstâncias no momento do reconhecimento inicial da exposição.

As PDs incluem informação prospectiva e o Banco utiliza as mesmas metodologias e dados utilizados para mensurar a provisão para perdas na ECL.

Os factores qualitativos que indicam aumento significativo no risco de crédito são reflectidos nos modelos de PD em tempo útil. No entanto, o Banco ainda considera separadamente alguns factores qualitativos para avaliar se o risco de crédito aumentou significativamente.

Para empréstimos corporativos, há um enfoque particular em activos incluídos em uma "lista de observação". Para empréstimos de consumo, o Banco considera a expectativa de tolerância, pontuação de crédito e eventos como desemprego, falência, divórcio ou morte.

Dado que um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial é uma medida relativa, uma dada mudança na PD será mais significativa para um instrumento financeiro com uma PD inicial mais baixo do que comparado a um instrumento financeiro com uma PD mais alta.

Há uma paragem quando um activo fica 30 dias em mora, nesses casos o Banco considera que ocorreu um aumento significativo no risco de crédito e o activo está no estágio 2 do modelo de imparidade, ou seja, a provisão para perdas é medida como ECL vitalícia.

Modificação e desreconhecimento de activos financeiros

Uma modificação de um activo financeiro ocorre quando os termos contratuais que regem os fluxos de caixa de um activo financeiro são renegociados ou modificados de alguma outra forma entre o reconhecimento inicial e o vencimento do activo financeiro. Uma modificação afecta a quantia e/ou a época dos fluxos de caixa contratuais, imediatamente ou numa data futura.

Além disso, a introdução ou ajuste de cláusulas restrictivas de um empréstimo existente constituiria uma modificação, mesmo que essas cláusulas novas ou ajustadas ainda não afectem os fluxos de caixa imediatamente, mas possam afectar os fluxos de caixa dependendo se o acordo é, ou não, cumprido (por exemplo, uma mudança de aumento da taxa de juros surge quando os convenants são violados).

O Banco renegocia empréstimos a clientes com dificuldades financeiras para maximizar a cobrança e minimizar o risco de incumprimento.

A tolerância a empréstimos é concedida nos casos em que, embora o mutuário tenha feito todos os esforços razoáveis para pagar sob os termos contratuais originais, existe um alto risco de incumprimento e espera-se que o mutuário atenda aos termos contratuais revistos.

Os termos revistos na maioria dos casos incluem uma extensão do vencimento do empréstimo, mudanças no timing dos fluxos de caixa do empréstimo (principal e amortização de juros), redução no montante dos fluxos de caixa devidos (principal e juros vencidos) e adendas às cláusulas contratuais. O Banco tem uma política de tolerância estabelecida que se aplica a empréstimos corporativos e de retalho.

Quando um activo financeiro é modificado, o Banco avalia se essa modificação resulta em desreconhecimento. De acordo com a política do Banco, uma modificação resulta no desreconhecimento quando dá origem a termos substancialmente diferentes. Para determinar se os termos modificados são substancialmente diferentes dos termos contratuais originais, o Banco considera o seguinte:

- Os factores qualitativos, como fluxos de caixa contratuais após a modificação, não são mais capital e juros, alteração na moeda ou mudança na contraparte, a extensão das alterações nas taxas de juros, vencimento e cláusulas restrictivas. Se estes não indicarem claramente uma modificação substancial, então:

- Uma avaliação quantitativa é realizada para comparar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais remanescentes sob os termos originais com os fluxos de caixa contratuais sob os termos revistos, ambos os montantes descontados à taxa efectiva original. Se a diferença no valor presente for maior que 15%, o Banco considera que a modificação é substancialmente diferente, levando ao desreconhecimento.

No caso em que o activo financeiro é desreconhecido, a provisão para perdas por imparidade (ECL) é remensurada à data de desreconhecimento para determinar a quantia líquida escriturada do activo nessa data.

A diferença entre este valor contabilístico revisto e o justo valor do novo activo financeiro com os novos termos levará a um ganho ou perda no desreconhecimento. O novo activo financeiro terá uma provisão para perdas, mensurada com base na ECL de 12 meses, excepto nas raras ocasiões em que o novo empréstimo for considerado como originado com redução no valor recuperável de crédito.

Isso se aplica somente no caso em que o justo valor do novo empréstimo é reconhecido com um desconto significativo em relação ao seu valor nominal revisto, pois permanece um alto risco de incumprimento que não foi reduzido pela modificação.

O Banco monitora o risco de crédito dos activos financeiros modificados ao avaliar informações qualitativas e quantitativas, como, por exemplo, se o tomador está em situação de atraso nos novos termos.

Quando os termos contratuais de um activo financeiro são modificados e a modificação não resulta em desreconhecimento, o Banco determina se o risco de crédito do activo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial comparando:

- A PD (Probabilidade de incumprimento) remanescente ao longo da vida estimada com base nos dados no reconhecimento inicial e nos termos contratuais originais;
- Com a PD remanescente na data de relato e com base nos termos modificados.

Para activos financeiros modificados como parte da política de tolerância do Banco, onde a modificação não resultou em desreconhecimento, a estimativa de PD reflecte a capacidade do Banco de colectar os fluxos de caixa modificados levando em conta a experiência anterior do Banco, bem como vários indicadores comportamentais, incluindo o desempenho do pagamento do mutuário em relação aos termos contratuais modificados. Se o risco de crédito permanecer significativamente mais alto do que o esperado no reconhecimento inicial, a provisão para perdas continuará a ser medida em um montante igual à ECL vitalícia.

A provisão para perdas com empréstimos diferidos geralmente só será mensurada com base na ECL de 12 meses, quando houver evidência de melhora do comportamento de reembolso após a modificação, levando a uma reversão do aumento significativo anterior no risco de crédito.

Quando uma modificação não leva ao desreconhecimento, o Banco calcula o ganho / perda de modificação comparando o valor contabilístico bruto antes e depois da modificação (excluindo a provisão ECL). Em seguida, o Banco mede a ECL para o activo modificado, onde os fluxos de caixa esperados provenientes do activo financeiro modificado são incluídos no cálculo das deficiências de caixa esperadas do activo original.

O Banco desreconhece um activo financeiro somente quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo expiram (incluindo a expiração resultante de uma modificação com termos substancialmente diferentes), ou quando o activo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do activo são transferidos para outra entidade. Se o Banco não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e continuar a controlar o activo

transferido, o Banco reconhece sua participação retida no activo e um passivo associado para os valores que poderá ter de pagar.

Se o Banco reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade de um activo financeiro transferido, o Banco continua a reconhecer o activo financeiro e também reconhece um empréstimo garantido pelos recursos recebidos.

No momento do writte off de um activo financeiro na sua totalidade, a diferença entre o valor contabilístico do activo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho/perda acumulado que tinha sido reconhecido no rendimento integral e acumulado nos capitais próprios é reconhecido em resultados, com a exceção do investimento de capital designado conforme mensurando ao justo valor através do rendimento integral, onde o ganho/perda acumulada anteriormente reconhecida no rendimento integral não é subsequentemente reclassificado no resultado.

No desreconhecimento de um activo financeiro que não seja integralmente (por exemplo, quando o Banco retém a opção de recomprar parte de um activo transferido), o Banco aloca a quantia escriturada anterior do activo financeiro entre a parte que continua a reconhecer sob envolvimento contínuo, e a parte que ele não reconhece mais com base nos justos valores relativos dessas partes na data da transferência.

A diferença entre o valor contabilístico alocado para a parte que não é mais reconhecida e a soma da contraprestação recebida pela parte não é mais reconhecida e qualquer ganho / perda acumulado alocado a ela que foi reconhecido em Outro Rendimento Integral é reconhecido no resultado.

Um ganho / perda acumulado que foi reconhecido em OCI é alocado entre a parte que continua a ser reconhecida e a parte que não é mais reconhecida com base nos justos valores relativos dessas partes. Isso não se aplica a investimentos em ações designados como mensurados no FVTOCI, pois o ganho / perda acumulado anteriormente reconhecido no OCI não é subsequentemente reclassificado para o resultado.

Abates

Os empréstimos e títulos de dívida são saneados quando o Banco não tem expectativas razoáveis de recuperar o activo financeiro (na sua totalidade ou em parte dele). É o caso quando o Banco determina que o mutuário não possui activos ou fontes de receita que possam gerar fluxos de caixa suficientes para pagar os valores sujeitos a saneamento.

Um saneamento constitui um evento de desreconhecimento. O Banco pode aplicar actividades de execução a activos financeiros saneados. As recuperações resultantes das actividades de execução do Banco resultarão em ganhos por redução das imparidades.

Apresentação da provisão para ECL na demonstração da posição financeira

As provisões para perdas para ECL são apresentadas na demonstração da posição financeira da seguinte forma:

- para activos financeiros mensurados ao custo amortizado: como dedução do valor contabilístico bruto dos activos;
- para instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral: nenhuma provisão para perdas é reconhecida na demonstração da posição financeira, pois o valor contabilístico está ao justo valor. No entanto, a provisão para perdas é incluída como parte do valor da reavaliação na reserva de reavaliação de investimentos;
- para compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira: como provisão; e
- quando um instrumento financeiro inclui uma componente utilizada e uma componente não utilizada, e o Banco não pode identificar a ECL na componente de compromisso de empréstimo separadamente daqueles na componente utilizada: o Banco apresenta

uma provisão para perdas combinada para ambas componentes. O valor combinado é apresentado como uma dedução do valor contabilístico bruto da componente utilizada. Qualquer excesso da provisão para perdas sobre o valor bruto da componente utilizada é apresentado como uma provisão.

ii) Passivos financeiros e instrumentos de capital

Os instrumentos de dívida e de capital próprio emitido são classificados como passivos financeiros ou como capital próprio de acordo com a substância do acordo contratual.

Um passivo financeiro é uma obrigação contratual de entregar caixa ou outro activo financeiro ou de trocar activos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições que sejam potencialmente desfavoráveis para o Banco ou um contrato que será ou possa ser liquidado com instrumentos de capital próprio do Banco e é um contrato não derivativo pelo qual o Banco é ou pode ser obrigado a entregar um número variável de instrumentos de capital próprio, ou um contrato derivativo sobre os capitais próprios líquidos que pode ser liquidado pela troca de uma quantia fixa em dinheiro. (ou outro activo financeiro) por um número fixo de instrumentos de capital próprio do Banco.

Instrumentos de capital próprio

Um instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidência uma participação residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Os instrumentos de capital próprio emitido pelo Banco são reconhecidos pelos recursos recebidos, líquidos dos custos directos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de capital do Banco é reconhecida e deduzida directamente no capital próprio. Nenhum ganho/perda é reconhecido no resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de capital próprio do Banco.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros "ao justo valor através de resultados" ou "outros passivos financeiros".

Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros são classificados como ao justo valor através de resultados quando são (i) detidos para negociação, ou (ii) designados como ao justo valor através de resultados.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- Foi incorrido principalmente para recomprá-lo no curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial, faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Banco administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- É um derivativo que não é designado e efectivo como instrumento de cobertura.

Um passivo financeiro não mantido para negociação ou contraprestação contingente que pode ser pago por um adquirente como parte de uma combinação de negócios pode ser designado como justo valor através de resultados no reconhecimento inicial se:

- tal designação elimina ou reduz significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que de outra forma surgir; ou
- o passivo financeiro faz parte de um grupo de activos financeiros ou passivos financeiros ou ambos, que é gerenciado e seu desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com a gestão de risco documentada do Grupo ou estratégia de investimento, e informações sobre o agrupamento são fornecidas internamente nessa base; ou
- faz parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e a IFRS 9 permite

que todo o contrato híbrido (combinado) seja designado como justo valor através de resultados.

Os passivos financeiros ao justo valor por via de resultado são demonstrados ao valor justo, com quaisquer ganhos/perdas resultantes de nova mensuração reconhecidos no resultado, na medida em que não fazem parte de uma relação de cobertura designada.

O ganho / perda líquido reconhecido no resultado inclui os juros pagos sobre o passivo financeiro e é incluído na conta do resultado líquido de outros instrumentos financeiros do valor justo por meio do resultado na conta de lucros ou perdas.

No entanto, para passivos financeiros não derivativos designados como justo valor através de resultados, o valor da mudança no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito desse passivo é reconhecido no outro rendimento integral, a menos que o reconhecimento dos efeitos de mudança no risco de crédito do passivo em outro rendimento integral criaria ou aumentaria uma falta de balanceamento contabilístico no resultado.

O valor restante da mudança no valor justo do passivo é reconhecido no resultado. Alterações no valor justo atribuível ao risco de crédito de um passivo financeiro que são reconhecidas no outro rendimento integral não são subsequentemente reclassificadas para o resultado; em vez disso, são transferidos para lucros acumulados mediante o desreconhecimento do passivo financeiro.

Para compromissos de empréstimos emitidos e contratos de garantia financeira designados no FVTPL, todos os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado.

Ao determinar se o reconhecimento de mudanças no risco de crédito do passivo em OCI criará ou aumentará uma falta de balanceamento contabilístico no resultado, o Banco avalia se espera que os efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo sejam compensados no resultado por uma mudança no justo valor de outro instrumento financeiro mensurado ao justo valor por via de resultado. Essa determinação é feita no reconhecimento inicial.

Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros, incluindo depósitos e empréstimos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método do juro efectivo.

O método de juro efectivo é um método de calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e de alocar a despesa de juros pelo período relevante. A TJE é a taxa que desconta exactamente os pagamentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do passivo financeiro, ou, quando apropriado, por um período mais curto, para o valor contabilístico líquido no reconhecimento inicial. Para detalhes sobre TJE, consulte a seção "receita líquida de juros" acima.

Desreconhecimento de passivos financeiros
O Banco desreconhece os passivos financeiros quando, e somente quando, as obrigações do Banco são liquidadas, canceladas ou vencidas. A diferença entre o valor contabilístico do passivo financeiro desreconhecido e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Quando o Banco troca com o credor existente um instrumento de dívida por outro com termos substancialmente diferentes, essa troca é contabilizada como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

Da mesma forma, o Banco contabiliza a modificação substancial dos termos de um passivo existente ou parte dele como extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo. Presume-se que os termos sejam substancialmente diferentes se o valor presente descontado dos fluxos de caixa sob os novos termos, incluindo

quaisquer taxas pagas líquidas de quaisquer taxas recebidas e descontadas usando a taxa efectiva original for pelo menos 10% diferente do presente descontado valor dos fluxos de caixa restantes do passivo financeiro original.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido relatado na demonstração da posição financeira se, e somente se, houver um direito legal de compensar os valores reconhecidos e existir uma intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Contratos de garantia financeira

Um contrato de garantia financeira é um contrato que exige que o emissor efectue pagamentos especificados para reembolsar o titular por uma perda incorrida, porque um devedor especificado não efectua pagamentos quando devidos de acordo com os termos de um instrumento de dívida.

Os contratos de garantia financeira emitidos por uma entidade do Banco são mensurados inicialmente pelos seus justos valores e, se não forem designados pelo justo valor através de resultados e não decorrentes da transferência de um activo financeiro, são subsequentemente mensurados pelo maior valor entre:

- o valor da provisão para perdas determinado de acordo com a IFRS 9; e
- o valor inicial reconhecido menos, quando apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido de acordo com as políticas de reconhecimento do rédito do Banco.

Os contratos de garantia financeira não designados ao justo valor através de resultados são apresentados como provisões na demonstração da posição financeira e a remensuração é apresentada em outros rendimentos.

O Banco não designou nenhum contrato de garantia financeira como ao justo valor através de resultados.

f) Compromissos em conceder um empréstimo a uma taxa de juros abaixo do mercado

Os compromissos para conceder um empréstimo a uma taxa de juros abaixo do mercado são mensurados inicialmente pelos seus justos valores e, se não designados com justo valor através de resultados, são subsequentemente mensurados pelo maior valor entre:

	2019	2018
Dólar Americano	61.47	61.47
Euro	68.89	70.25
Rand Sul Africano	4.37	4.28
Libra	80.72	78.1
Naira	0.17	0.17

A anulação do reconhecimento do activo tangível é efectuada quando o mesmo é alienado, ou quando não se esperam benefícios económicos da sua utilização ou alienação.

O ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento é incluído em - outros ganhos operacionais ou - outros gastos operacionais na demonstração de resultados no período em que o activo é desreconhecido.

i) Activos intangíveis

Os activos intangíveis incluem os valores de software (licenças). O software adquirido pelo Banco é registado ao custo menos a amortização acumulada e menos eventuais perdas por imparidade.

As despesas com software desenvolvido internamente são reconhecidas como activo quando o Banco consegue demonstrar que a sua capacidade e intenção de gerar benefícios económicos futuros, e pode fiavelmente mensurar os custos para completar o desenvolvimento.

A capitalização dos custos de software desen-

• o valor da provisão para perdas determinado de acordo com a IFRS 9; e

• o valor inicial reconhecido menos, quando apropriado, o valor acumulado do rendimento reconhecido de acordo com as políticas de reconhecimento do rédito do Banco.

Os compromissos de concessão de um empréstimo abaixo da taxa de Mercado não designada no justo valor através de resultados são apresentados como provisões na demonstração da posição financeira e a remensuração é apresentada em outros rendimentos.

O Banco não designou nenhum compromisso de conceder um empréstimo abaixo da taxa do Mercado designada no justo valor através de resultados.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com o Banco Central e com outras instituições de crédito e investimentos altamente líquidos, com maturidades até três meses, mensurados ao custo amortizado. Caixa e equivalentes de caixa excluem saldos referente a reservas obrigatórias no Banco Central.

h) Activos tangíveis

Os activos tangíveis são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, e perdas por imparidade.

Os custos de reparação de parte de um activo tangível são reconhecidos se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco e possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

As depreciações são calculadas utilizando o método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens, assim como do seu valor residual.

Os valores residuais dos activos, assim como as vidas úteis dos activos e os critérios de amortização são ajustados, se necessário, à data de encerramento da posição financeira. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

volvido internamente inclui todos os custos directamente imputáveis ao desenvolvimento do software, e são amortizados durante a sua vida útil.

O software desenvolvido internamente é mensurado pelo custo capitalizado menos amortizações acumuladas e menos perdas por imparidade.

A amortização é reconhecida na demonstração de resultados segundo o método de quotas constantes ao longo da vida útil estimada do software, a partir da data em que o mesmo esteja disponível para uso. A vida útil estimada do software é de 3 anos.

j) Imparidade de activos não financeiros

O Banco avalia em cada data de relato ou com maior frequência se ocorreram eventos que alterem o valor contabilístico de um activo, se existe indicação de imparidade por parte de um activo não-financeiro.

Se tais indicações existem, ou quando o teste anual da imparidade para um activo é exigido,

o Banco estima o valor recuperável do activo. Se a quantia escriturada de um activo (ou unidade geradora de caixa) exceder a sua quantia recuperável, o activo encontra-se em imparidade e é registado em balanço pelo valor recuperável.

A cada data de balanço, é reavaliada a existência de qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido.

Caso exista tal indicação, é estimada a quantia recuperável do activo e revertidas as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações actuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do activo.

Na determinação do justo valor menos custos de alienação, transações recentes de mercado são levadas em consideração. Se nenhuma dessas alterações puder ser identificada, um modelo de avaliação apropriado será usado.

Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de acções cotadas para empresas de capital aberto ou outros indicadores de justo valor disponíveis.

É feita uma avaliação em cada data de relato para determinar se há alguma indicação de que as perdas por imparidades ao valor recuperável reconhecidas anteriormente não possam mais existir ou possam ter diminuído.

Se essa indicação existir, o valor recuperável é estimado. A perda por imparidade ao valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida somente se houver uma alteração nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável do activo desde que a última perda por imparidade ao valor recuperável foi reconhecida. Se for esse o caso, o valor contabilístico do activo é aumentado para o seu valor recuperável.

A reversão da imparidade está limitada ao valor da quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

k) Impostos sobre rendimento

i) Impostos correntes

Os impostos correntes, activos ou passivos, são estimados com base no valor esperado a pagar ou a recuperar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data da posição financeira.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos na matéria colectável resultante de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

ii) Imposto diferido

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos fiscais não utilizados e prejuízos fiscais (Nota 9), na medida em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível contra as diferenças temporárias dedutíveis, e o reporte de créditos fiscais não utilizados e prejuízos fiscais não utilizados possam ser utilizados, excepto:

- Quando o activo por imposto diferido resulta do reconhecimento inicial do goodwill ou de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transacção, não afecta nem o lucro contabilístico nem lucro tributável ou perda, e

- No que diz respeito a diferenças temporárias dedutíveis associadas aos investimentos em

filiais e associadas, são reconhecidos activos por impostos diferidos quando a empresa-mãe, investidor ou empreendedor, seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária, e que seja provável que a diferença temporária não se reverte no futuro previsível.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado.

Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de cada balanço e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data de balanço.

Os impostos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos directamente em capital próprio são reconhecidos em capital próprio e não na demonstração dos resultados.

Os activos ou passivos por impostos diferidos são compensados caso exista um direito com força legal para compensar os activos correntes por impostos correntes relacionados com a mesma autoridade fiscal.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida se, como resultado de um evento passado, o Banco possuir uma obrigação legal ou construtiva atual que possa ser estimada com confiabilidade e for provável que uma saída de benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação.

As provisões são determinadas mediante o desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações actuais do mercado do valor temporal do dinheiro e, quando apropriado, dos riscos específicos do passivo.

m) Alterações nas políticas contabilísticas

IFRS 16 – Locações

Esta norma, que entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2019, veio substituir a IAS 17 - Locações e Interpretações relacionadas e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de locações para ambas as partes de um contrato, ou seja, o cliente ("locatário") e o fornecedor ("locador").

A IFRS 16 apresenta um modelo para locatários que resulta em quase todas as locações serem incluídas no Balanço. Não foram identificadas alterações significativas para os locadores.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de locações na demonstração da posição financeira para os locatários.

O locatário reconhece um activo sob direito de uso que representa um direito de usar o activo subjacente e um passivo de locação que representa uma obrigação de efectuar pagamentos de renda. Existem isenções de reconhecimento para locações de curto prazo e locações de itens de baixo valor.

O Banco optou por não reconhecer os direitos de uso em relação aos contratos de curto prazo Impacto nas Demonstrações Financeiras no ano de transição:

Até 31 de Dezembro de 2018 os pagamentos efectuados de locações operacionais eram reconhecidos nos resultados numa base de quotas constantes durante o período de locação salvo se uma outra base sistemática fosse mais representativa do modelo temporal do benefício do utente.

Os incentivos recebidos de locação eram reconhecidos como parte integrante dos custos

totais de locação, ao longo do período de locação. Os pagamentos mínimos de locação efectuados sob locações financeiras eram repartidos entre o gasto financeiro e a redução do passivo pendente.

O gasto financeiro era alocado a cada período durante o prazo da locação de forma a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

A partir de Janeiro de 2019 o Banco, na qualidade de locatário, passou a reconhecer activos e passivos para as locações operacionais, que correspondem a imóveis para uso próprio (escritórios e agências).

A natureza dos custos relacionados com estas locações foi alterada uma vez que o Banco passou a reconhecer um custo de depreciação para os activos que correspondem ao direito de uso e um custo financeiro de juros sobre o passivo de locação.

O Banco não reconhecerá mais gastos para locações operacionais que considere onerosas. Em vez disso, o Banco passou a incluir os pagamentos devidos sob a Locação no seu passivo de locação. Os activos sob direito de uso e os passivos de locação (notas 18 e 22) são apresentados separadamente dos outros activos e passivos, respectivamente na

demonstração da posição financeira.

Os activos sob direito de uso são apresentados líquidos de depreciações e imparidades acumuladas.

O banco aplica os requisitos da IAS 36 – Imparidade de activos para determinar se o activo sob direito de uso está ou não em imparidade e contabilizar qualquer perda por imparidade identificada.

O Banco deprecia os activos sob direito de uso desde a data de entrada em vigor do contrato de locação até à data de termo da vida útil do activo sob direito de uso, ou até ao final do prazo da locação caso este seja anterior.

As alterações das políticas contabilísticas decorrentes da adopção da IFRS 16 foram aplicadas utilizando a abordagem parcialmente retrospectiva. De acordo com esta abordagem, o Banco não apresenta a informação comparativa re expressa para períodos anteriores. Assim, a informação apresentada referente a 2018 não reflecte os requisitos da IFRS 16 mas sim da IAS 17.

O impacto da adopção nas Demonstrações Financeiras no exercício de 2019 apresenta-se da seguinte forma:

O impacto da adoção da IFRS 16

Demonstração de Posição Financeira		
Activos		
Activos sob direito de uso		
Em 01 de Janeiro de 2019		71,683,586
Passivos		
Passivos de locação		
Em 01 de Janeiro de 2019		71,683,586

n) Erros

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração identificou a necessidade de corrigir a sobreavaliação do imposto a receber. Nos anos anteriores, o banco processou o imposto retido sobre os juros de títulos do governo e do mercado monetário como um imposto recuperável, em vez de considerá-lo como pagamento final de imposto corrente. Como resultado, o imposto corrente foi subavaliado em 2018 e 2017.

Além disso, foram feitas duas reclassificações entre activos e passivos.

Assim, em conformidade com o parágrafo 42 da IAS 8, o Conselho de Administração corrigiu esse erro, reexpressando os valores comparativos para 2018, bem como os saldos iniciais de 2019 dos itens em questão.

Como resultado da correção desses erros, foram feitos os seguintes ajustamentos nas informações financeiras de 2018 e 2017:

2018	Impacto			
	Demonstração da posição financeira Débito/(Crédito)		Capital Próprio	
	Activo	Passivo	Prejuízos acumulados	Resultado líquido do exercício
Ajustamentos			Débito/ (Crédito)	
Outros activos				
- Reversão de imposto retido (juros sobre títulos e mercado monetário)	(100.159.042)	-	18.438.980	-
- Reclassificação de activos não correntes detidos para venda	(11.048.890)	-	-	-
Imposto corrente	-	-	-	-
- Reversão de imposto retido (juros sobre títulos e mercado monetário)	-	-	-	81.720.062
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-
- Reclassificação	11.048.890	-	-	-
Depositos de clientes	-	-	-	-
- Reclassificação	-	912.658	-	-
Depositos de bancos	-	-	-	-
- Reclassificação	-	(912.658)	-	-
Total	(100.159.042)	-	18.438.980	81.720.062

2017	Impacto			
	Demonstração da posição financeira Débito/(Crédito)		Capital Próprio	
	Activo	Passivo	Prejuízos acumulados	Resultado líquido do exercício
Ajustamentos			Débito/ (Crédito)	
Outros activos				
- Reversão de imposto retido (juros sobre títulos e mercado monetário)	(18,438,980)	-	-	-
Imposto corrente	-	-	-	-
- Reversão de imposto retido (juros sobre títulos e mercado monetário)	-	-	-	18,438,980
Total	(18,438,980)	-	18,438,980	-

o) Normas emitidas mas não efectivas

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas, até a data de emissão das demonstrações financeiras do Banco

são divulgadas abaixo. O Banco pretende adotar essas normas, se aplicável, quando elas entrarem em vigor.

Novas normas	Data efectiva	Impacto esperado
Contratos de seguros (IFRS 17)	1 de Janeiro de 2021	Nenhum impacto esperado
Não aplicável às actividades bancárias.		

Alterações às referências à estrutura conceitual nas normas IFRS

Juntamente com a Estrutura Conceptual revisada publicada em Março de 2018, o IASB também emitiu Emendas às Referências à Estrutura Conceitual nas normas IFRS.

O documento contém emendas às IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22 e SIC-32. Nem todas as emendas, no entanto, actualizam esses pronunciamentos no que diz respeito às referências e citações da estrutura para que se refiram à Estrutura Conceptual revista.

Alguns pronunciamentos são actualizados apenas para indicar a qual versão da estrutura eles se referem (a estrutura do IASC adotada pelo IASB em 2001, a estrutura do IASB de 2010 ou a nova estrutura revista de 2018) ou para indicar que as definições da norma não foram actualizadas com as novas definições desenvolvidas na Estrutura Conceptual revisada.

Definição de negócio (Alterações à IFRS 3)

As alterações na Definição de um Negócio (Alterações à IFRS 3) são alterações aos termos definidos no Apêndice A, às directrizes de aplicação e apenas aos exemplos ilustrativos da IFRS 3.

2. Margem financeira

A margem financeira é apresentada como segue:

	2019	2018
Juros e rendimentos similares		
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	9,888,483	10,035,195
Juros de bilhetes de tesouro	224,127,997	472,271,612
Juros do transacções no Mercado monetário interbancário	60,255,945	68,092,811
Juros de aplicações em instituições de crédito	7,027,394	15,379,517
	301,299,819	565,779,136
Juros e gastos similares		
Juros pagos sobre depósitos de clientes	(78,108,899)	(255,514,582)
Juros de locação financeira	(12,057,019)	-
	(90,165,918)	(255,514,582)
	211,133,901	310,264,555

3. Rendimento líquido de serviços e comissões

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2019	2018
Rendimentos de serviços e comissões		
Comissões	29,485,404	10,260,542
Taxa de transacções financeiras	5,352,852	3,794,569
	34,838,256	14,055,111
Gastos com serviços e comissões		
Outros gastos com serviços e comissões	(22,917,168)	(20,528,434)
	(22,917,168)	(20,528,434)
	11,921,088	(6,473,323)

4. Rendimentos em operações cambiais

As operações financeiras líquidas apresentam-se como segue:

	2019	2018
Ganhos em operações financeiras		
Ganhos em operações cambiais	65,406,098	16,720,953
Perdas em operações financeiras		
Perdas em operações cambiais	(31,752,361)	(3,406,404)
	33,653,737	13,314,549

5. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal apresentam-se como segue:

	2019	2018
Vencimentos e salários	125,610,375	114,196,785
Imposto sobre remunerações	3,284,947	2,986,580
	128,895,322	117,183,366

6. Gastos administrativos

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2019	2018
Anúncios	9,445,578	5,357,694
Comunicações	6,694,152	7,173,586
Consumíveis	2,466,661	2,580,894
Seguros	2,394,698	3,076,889
Manutenção e reparação	2,346,834	2,530,962
Honorários profissionais	6,868,285	9,035,006
Rendas	7,597,851	31,002,576
Segurança	3,562,923	4,234,763
Deslocações e despesas de representação	10,649,264	17,721,127
Água, Electricidade e Combustíveis	3,305,279	3,467,577
Outros	25,234,560	14,807,479
	80,566,085	100,988,552

Outros representam os custos relacionados a transferências e custos incorridos pelo escritório ao acréscimo efectuado para os preços de regional em nome da subsidiária.

7. Outros gastos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2019	2018
Donativos	402,770	-
Penalidades	220,000	31,007,334
Outros	41,122	-
	663,892	31,007,334

8. Outros rendimentos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2019	2018
Outros	-	-
	4,022,304	1,959,638

9. Imposto sobre o rendimento

Os componentes de gasto de imposto sobre o rendimento para os exercícios findos em 31

Dezembro de 2019 e 2018 apresentam-se como segue:

	2019	2018
Imposto corrente	65,385,157	122,720,062
	65,385,157	122,720,062

O imposto sobre o rendimento corresponde ao imposto retido na fonte sobre juros de títulos do tesouro e das aplicações no mercado monetário a título definitivo.

9.1 A reconciliação da taxa efectiva de imposto para os exercícios findos em 31 Dezembro 2019 e 2018 é como segue:

	2019	2018
Resultado antes de impostos	(50,887,502)	(54,943,151)
Despesas não dedutíveis		
Depreciações e amortizações não dedutíveis	1,389,656	115,000
Despesas de publicidades não dedutíveis	5,232,612	-
Realizações de utilidade social	7,000,247	-
Donativos	402,770	-
Imposto sobre rendimento	100,000	-
Ajudas de custo pela utilização de viatura do trabalhador	2,965,369	5,059,973
Despesas de representação	252,014	348,821
Despesas com viaturas ligeiros de passageiros	1,454,278	2,593,214
Imposto retido na fonte sobre juros de bilhetes de tesouro	65,385,157	41,000,000
Penalidades	220,000	31,007,334

	2019	2018
Rendimentos não tributáveis		
Perdas cambiais não realizadas	(11,450,606)	-
Juros de bilhetes de tesouro	(283,409,080)	(540,364,423)
(Prejuízos) / lucros fiscais a serem transferidos	(261,345,085)	(405,296,930)
Prejuízos fiscais de períodos anteriores (a)	-	-
Lucro tributável	-	-

(a) Os prejuízos fiscais dos anos anteriores não foram reconhecidos como Activos por impostos diferidos, porque o Conselho de Administração não acredita que os critérios definitos na NIC 12 para o seu reconhecimento foram cumpridos.

9.2 Em 31 de Dezembro de 2019, o Banco apresenta prejuízos fiscais acumulados de 1 331 266 341 Meticais (2018: 1 069 921 256 Meticais) conforme a reconciliação abaixo:

	2019	2018
Saldo em 1 Janeiro	1,069,921,256	664,624,326
Prejuízos fiscais não utilizados	-	-
Prejuízos / (lucro) do exercício	261,345,085	405,296,930
	1,331,266,341	1,069,921,256

De acordo com a legislação fiscal, os prejuízos fiscais podem ser utilizados durante 5 anos. Os Prejuízos fiscais em referência a 31 de

Dezembro de 2019, que podem ser utilizados no mencionado período decompõem-se como segue:

gerir o risco de crédito do banco:

•• Assegurar que o Banco tenha práticas de risco de crédito adequadas, incluindo um sistema eficaz de controlo interno, para determinar de forma consistente as provisões adequadas de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos pelo Banco, NIRFs e orientações relevantes de supervisão.

•• Identificar, avaliar e medir o risco de crédito em todo o Banco, de um instrumento individual para um nível de carteira.

•• Criação de políticas de crédito para proteger o Banco contra os riscos identificados, incluindo os requisitos para obter garantias dos tomadores de empréstimos, para realizar avaliações de crédito contínuas e robustas dos mutuários e monitorar continuamente as exposições em relação aos limites internos de risco.

•• Limitar as concentrações de exposição por tipo de activo, contrapartes, indústria, classificação de crédito, localização geográfica, etc.

•• Estabelecer uma estrutura de controlo robusta em relação à estrutura de autorização para a aprovação e renovação de linhas de crédito.

•• Desenvolver e manter a classificação de risco do Banco para categorizar as exposições de acordo com o grau de risco de incumprimento. As notas de risco estão sujeitas a revisões regulares.

•• Desenvolver e manter os processos do Banco para medir as perdas de crédito esperadas (ECL), incluindo o monitoramento de risco de crédito, incorporação de informações prospectivas e o método usado para medir ECL.

•• Assegurar que o Banco possua políticas e procedimentos para manter e validar adequadamente os modelos usados para avaliar e medir ECL.

•• Estabelecer um processo sólido de avaliação contabilística do risco de crédito que forneça uma base sólida para sistemas, ferramentas e dados comuns para avaliar o risco de crédito e para contabilizar a ECL.

Fornecer aconselhamento, orientação e habilidades especializadas às unidades de negócio para promover as melhores práticas em todo o Banco na gestão do risco de crédito.

A função de auditoria interna realiza auditorias regulares, garantindo que os controlos e procedimentos estabelecidos sejam adequadamente projectados e implementados.

Aumento significativo de risco de crédito

Como explicado na nota 1.3 c) . O Banco monitora todos os activos financeiros que estão sujeitos a exigências de imparidades para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Se tiver havido um aumento significativo no risco de crédito, o Banco irá mensurar a provisão para perdas esperadas ao longo da vida de 12 meses.

Ratings interno de risco de crédito

Para minimizar o risco de crédito, o Banco encarregou o comité de crédito para desenvolver e manter a classificação de risco de crédito do Banco de modo a categorizar as exposições de acordo com seu grau de risco de incumprimento.

A estrutura de classificação de risco de crédito do Banco é composta por dez categorias. As informações de classificação de crédito são baseadas em uma série de dados que são determinados como preditivos do risco de incumprimento e da aplicação de julgamentos.

A natureza da exposição e o tipo de mutuário são considerados na análise. As notas de risco de crédito são definidas usando factores qualitativos e quantitativos que são indicadores do risco de incumprimento.

As classificações de risco de crédito são projectadas e calibradas para refletir o risco de

incumprimento na medida que o risco de crédito se deteriora. À medida que o risco de crédito aumenta, a diferença no risco de incumprimento os ratings também são alterados.

Cada exposição é alocada a uma classificação de risco de crédito no reconhecimento inicial, com base nas informações disponíveis sobre a contraparte. Todas as exposições são monitoradas e a classificação de risco de crédito é atualizada para reflectir as informações actuais. Os procedimentos de monitoramento seguidos são gerais e adaptados ao tipo de exposição.

Os dados a seguir são normalmente usados para monitorar as exposições do Banco:

•• Registo de pagamento, incluindo índices de pagamento e análise de envelhecimento;

•• Extensão de utilização do limite concedido;

•• Tolerâncias (solicitadas e concedidas);

•• Alterações nas condições comerciais, financeiras e económicas;

•• Informações de rating de crédito fornecidas por agências externas de rating ;

•• Para exposições de retalho: dados gerados internamente do comportamento do cliente, métricas de acessibilidade etc .;e

•• Para exposições corporativas: informações obtidas por revisão periódica de cadastros de clientes, incluindo revisão de demonstrações financeiras auditadas, dados de mercado, como obrigações cotadas, quando disponíveis, alterações no sector financeiro que o cliente opera, etc.

O Banco usa as classificações de risco de crédito como uma entrada principal na determinação da estrutura a termo da PD para exposições. O Banco coleta informações de desempenho e incumprimento sobre suas exposições ao risco de crédito analisadas por jurisdição ou região e por tipo de produto e mutuário, bem como por classificação de risco de crédito. As informações utilizadas são internas e externas, dependendo do portfólio avaliado.

O Banco analisa todos os dados colectados usando modelos estatísticos e estima a PD de vida restante das exposições e como elas devem variar ao longo do tempo.

Os factores considerados nesse processo incluem dados macroeconómicos, como crescimento do PIB, desemprego, taxas de juros de referência e preços da habitação.

O Banco gera um cenário base da direcção futura de variáveis económicas relevantes, bem como uma variedade representativa de outros cenários possíveis de previsão. O Banco então usa essas previsões, que são ponderadas pela probabilidade, para ajustar suas estimativas de PD's.

Os compromissos de empréstimo são avaliados juntamente com a categoria de empréstimo que o Banco está comprometido a fornecer, ou seja, os compromissos para fornecer hipotecas são avaliados usando critérios semelhantes aos empréstimos hipotecários, enquanto os compromissos de empréstimos corporativos são avaliados usando critérios semelhantes aos empréstimos corporativos.

Independentemente do resultado da avaliação acima, o Banco presume que o risco de crédito em um activo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 30 dias, a menos que o Banco tenha informações razoáveis e suportáveis que demonstrem o contrário.

O Banco possui procedimentos de monitoria para garantir que os critérios usados para identificar aumentos significativos no crédito sejam efectivos, o que significa que um aumento significativo no risco de crédito é identificado antes que a exposição esteja em incumprimento ou quando o activo se torne 30 dias em mora.

O Banco realiza testes periódicos de seus ratings para avaliar se os factores de risco de crédito que

levaram ao incumprimento foram reflectidos com precisão no rating em tempo útil.

Incorporação de informação prospectiva

O Banco usa informações prospectivas que estão disponíveis sem custo ou esforço excessivo para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, bem como na mensuração da ECL.

O Banco emprega especialistas que usam informações externas e internas para gerar um cenário de base de previsão futura de variáveis económicas relevantes, juntamente com uma variedade representativa de outros cenários possíveis.

As informações externas utilizadas incluem dados económicos e previsões publicadas por órgãos governamentais e autoridades monetárias.

O Banco aplica probabilidades aos cenários de previsão identificados. O cenário base é o resultado mais provável e consiste em informações usadas pelo Banco para o planeamento estratégico e orçamento.

O Banco identificou e documentou os principais factores de risco de crédito e perdas de crédito para cada carteira de instrumentos financeiros e, usando uma análise estatística de dados históricos, estimou as relações entre variáveis macroeconómicas e risco de crédito e perdas de crédito.

O Banco não efectuou alterações nas técnicas de estimativa ou nas premissas significativas feitas durante o período coberto pelo relatório.

Mensuração da ECL

Os principais insumos usados para a mensuração da ECL são:

• Probabilidade de incumprimento (PD);

• Perda dado o incumprimento (LGD); e

• Exposição na data do incumprimento (EAD).

Como explicado acima, esses dados são geralmente derivados de modelos estatísticos desenvolvidos internamente e outros dados históricos e são ajustados para reflectir as informações prospectivas ponderadas pela probabilidade.

A PD é uma estimativa da probabilidade de incumprimento em um determinado horizonte de tempo. Estima-se como um ponto no tempo. O cálculo baseia-se em modelos de classificação estatística e é avaliado utilizando ferramentas de classificação adaptadas às várias categorias de contrapartes e exposições.

Estes modelos estatísticos baseiam-se em dados de mercado (quando disponíveis), assim como dados internos que compreendem tanto factores quantitativos como qualitativos.

As PD's são estimadas considerando os vencimentos contratuais das exposições e as taxas estimadas de pagamento antecipado.

A estimativa é baseada nas condições actuais, ajustadas levando em conta as estimativas de condições futuras que afetarão a PD.

A LGD é uma estimativa da perda decorrente do incumprimento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de qualquer garantia.

Os modelos de LGD para activos garantidos consideram as projecções de avaliação de garantias futuras levando em conta os descontos de venda, o tempo até a realização da garantia, a cobertura cruzada e créditos, custo de realização das garantias e taxas de cura (ou seja, saída do estágio de incumprimento).

Os modelos de LGD para activos sem garantia consideram o tempo de recuperação, taxas de recuperação e reclamações. O cálculo é feito com base no fluxo de caixa descontado, em que os fluxos de caixa são descontados pela TJE original do empréstimo.

EAD é uma estimativa da exposição na data de incumprimento futura, levando em consideração

as alterações esperadas na exposição após a data do balanço, incluindo pagamentos de principal e juros, e perdas esperadas nas prestações vencidas. A abordagem de modelagem do Banco para EAD reflecte as alterações esperadas no saldo em aberto ao longo da vida da exposição do empréstimo de acordo com termos contratuais, tais como perfis de amortização, reembolso antecipado ou pagamento excessivo.

O Banco usa modelos EAD que reflectem as características das carteiras.

O Banco mensura a ECL considerando o risco de incumprimento sobre o período contratual máximo (incluindo opções de extensão) sobre o qual a entidade está exposta ao risco de crédito e não um período mais longo, mesmo que a extensão ou renovação de contrato seja prática comercial comum.

No entanto, para instrumentos financeiros como cartões de crédito, linhas de crédito e facilidades de cheque especial que incluam um empréstimo e uma componente de descoberto não utilizado, a capacidade contratual do Banco de exigir o reembolso e cancelar o descoberto não utilizado não limita a exposição do Banco a perdas de crédito ao período de aviso prévio contratual.

Para tais instrumentos financeiros, o Banco mensura a ECL durante o período em que está exposto ao risco de crédito e a ECL não seria mitigada por acções de gestão de risco de crédito, mesmo se esse período se estender além do período contratual máximo.

Estes instrumentos financeiros não têm um prazo fixo ou estrutura de reembolso e têm um curto período de cancelamento contratual. No entanto, o Banco não impõe na gestão corrente do dia a dia o direito contratual de cancelar esses instrumentos financeiros.

Isso ocorre porque esses instrumentos financeiros são administrados de forma colectiva e são cancelados somente quando o Banco toma conhecimento de um aumento no risco de crédito no nível da prestação.

Esse período mais longo é estimado levando em consideração as acções de gestão de risco de crédito que o Banco espera adoptar para mitigar a ECL, por exemplo, redução nos limites ou cancelamento do compromisso de empréstimo.

A mensuração da ECL é baseada na perda de crédito média ponderada pela probabilidade. Como resultado, a mensuração da provisão para perdas deve ser a mesma, independentemente de ser mensurada individualmente ou colectivamente (embora a mensuração colectiva seja mais prática para grandes carteiras de itens).

Em relação à avaliação para apurar se houve um aumento significativo no risco de crédito, pode ser necessário realizar a avaliação em uma base colectiva, conforme observado abaixo.

Agrupamentos baseados em características de riscos

Quando a ECL é medida colectivamente, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco, tais como:

• Tipo de instrumento;

• Grau de risco de crédito;

• Tipo colateral;

• Data do reconhecimento inicial;

• Prazo remanescente até o vencimento;

• Indústria;

Os agrupamentos são revistos regularmente para garantir que cada grupo seja composto de exposições homogêneas.

Qualidade de crédito

O Banco monitora o risco de crédito por classe de instrumento financeiro. A tabela abaixo descreve as classes identificadas, bem como o item da demonstração financeira e a nota que fornece uma análise dos itens incluídos na linha da posição financeira para cada classe de instrumento financeiro.

Classe do instrumento Financeiro	Posição financeira	Nota
Empréstimos e adiantamentos aos bancos ao custo amortizado	Caixa e disponibilidades no Banco Central	10
Empréstimos e adiantamentos aos bancos ao custo amortizado	Disponibilidades em instituições de crédito	11
Empréstimos e adiantamentos aos bancos ao custo amortizado	Aplicações em instituições de crédito	12
Titulos de investimento em dívida ao custo amortizado	Investimentos em títulos	13
Titulos de investimento em dívida ao justo valor através de outro rendimento integral	Investimentos em títulos	13
Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	Empréstimos e adiantamentos a clientes	14

Uma análise das concentrações de risco de crédito do Banco por classe de activo financeiro é demonstrada nas tabelas a seguir. A menos que especificamente indicado, para activos financeiros, os valores na tabela representam valores contabilísticos brutos. Para os compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira, os valores na tabela representam os valores comprometidos ou garantidos, respectivamente.

Concentração por sector de actividade	Empréstimos e adiantamentos a bancos ao custo amortizado	Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	Instrumentos de dívida ao custo amortizado	Instrumentos de capital ao custo valor através do rendimento integral	Compromissos de empréstimos	Garantias financeiras
2019						
Retalho						
Empréstimos Hipotecários	-	20 651 814	-	-	1 500 000	-
Caixa	-	3 978 666	-	-	-	-
Sem Garantias	-	24 378 476	-	-	-	-
Corporativos:						
Inovação e tecnologia	-	-	-	-	-	-
Imobiliário	-	-	-	-	-	139 448 078
Energia	-	-	-	-	-	250 077 943
Lazer e serviços	-	-	-	6 327 551	-	-
Outros	-	-	-	-	-	29 559 441
Governo						
Banco	1 710 846 500	-	1 315 803 028	-	-	-
	1 710 846 500	49 008 956	1 315 803 028	6 327 551	1 500 000	419 085 462

Concentração por sector de actividade	Empréstimos e adiantamentos a bancos ao custo amortizado	Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	Instrumentos de dívida ao custo amortizado	Instrumentos de capital ao custo valor através do rendimento integral	Compromissos de empréstimos	Garantias financeiras
2018						
Retalho						
Empréstimos Hipotecários	-	14 133 668	-	-	-	250 000
Caixa	-	31 388 221	-	-	3 711 492	-
Sem Garantias	-	-	-	-	-	-
Corporativos:						
Inovação e tecnologia	-	-	-	-	-	-
Imobiliário	-	-	-	-	-	187 947 816
Energia	-	-	-	-	-	197 517 713
Lazer e serviços	-	-	-	2 682 287	-	-
Outros	-	-	-	-	-	28 655 120
Governo						
Banco	705 483 593	-	2 409 529 730	-	-	-
	705 483 593	45 521 889	2 409 529 730	2 682 287	3 711 492	414 370 649

Uma análise da exposição ao risco de crédito do Banco por classe de activo financeiro, classificação interna e "estágio", sem levar em conta os efeitos de qualquer garantia ou outras melhorias de crédito, é fornecida nas tabelas a seguir. A menos que especificamente indicado, para activos financeiros, os valores na tabela representam valores brutos. Para os compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira, os valores na tabela representam os valores comprometidos ou garantidos, respectivamente:

2019	Estágio 1 ECL 12 meses	Estágio 2 ECL Vida	Estágio 3 ECL Vida	Total	2018
Empréstimos e adiantamentos a bancos ao custo amortizado					
Grau 1-3: Baixo risco a moderado	1 710 846 500	-	-	1 710 846 500	705 483 593
Grau 4-6: Monitoria	-	-	-	-	-
Grau 7-8: Abaixo do padrão	-	-	-	-	-
Grade 9: Duvidosa	-	-	-	-	-
Grade 10: Em imparidade	-	-	-	-	-
Valor bruto	1 710 846 500	-	-	1 710 846 500	705 483 593
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Valor contabilístico	1 710 846 500	-	-	1 710 846 500	705 483 593

2019	Estágio 1 ECL 12 meses	Estágio 2 ECL Vida	Estágio 3 ECL Vida	Total	2018
Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado					
Grau 1-3: Baixo risco a moderado	49 788 166	-	-	49 788 166	45 149 013
Grau 4-6: Monitoria	-	-	-	-	-
Grau 7-8: Abaixo do padrão	-	-	-	-	-
Grade 9: Duvidosa	-	-	-	-	-
Grade 10: Em imparidade	-	-	18 485 807	18 485 807	14 205 968
Valor bruto	49 788 166	-	18 485 807	68 273 973	59 354 981
Perdas por imparidade	(8 629 300)	-	(10 635 717)	(19 265 017)	(13 833 092)
Valor contabilístico	41 158 866	-	7 850 090	49 008 956	45 521 889

2019	Estágio 1 ECL 12 meses	Estágio 2 ECL Vida	Estágio 3 ECL Vida	Total	2018
Instrumentos de dívida ao custo amortizado					
Grau 1-3: Baixo risco a moderado	1 315 803 028	-	-	1 315 803 028	2 409 529 730
Grau 4-6: Monitoria	-	-	-	-	-
Grau 7-8: Abaixo do padrão	-	-	-	-	-
Grade 9: Duvidosa	-	-	-	-	-
Grade 10: Em imparidade	-	-	-	-	-
Valor bruto	1 315 803 028	-	-	1 315 803 028	2 409 529 730
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Valor contabilístico	1 315 803 028	-	-	1 315 803 028	2 409 529 730

2019	Estágio 1 ECL 12 meses	Estágio 2 ECL Vida	Estágio 3 ECL Vida	Total	2018
Instrumentos de dívida ao custo amortizado					
Grau 1-3: Baixo risco a moderado	6 327 551	-	-	6 327 551	2 682 287
Grau 4-6: Monitoria	-	-	-	-	-
Grau 7-8: Abaixo do padrão	-	-	-	-	-
Grade 9: Duvidosa	-	-	-	-	-
Grade 10: Em imparidade	-	-	-	-	-
Valor contabilístico	6 327 551	-	-	6 327 551	2 682 287

2019	Estágio 1 ECL 12 meses	Estágio 2 ECL Vida	Estágio 3 ECL Vida	Total	2018
Compromissos de empréstimo					
Grau 1-3: Baixo risco a moderado	1 500 000	-	-	1 500 000	3 711 492
Grau 4-6: Monitoria	-	-	-	-	-
Grau 7-8: Abaixo do padrão	-	-	-	-	-
Grade 9: Duvidosa	-	-	-	-	-
Grade 10: Em imparidade	-	-	-	-	-
Valor garantido	1 500 000	-	-	1 500 000	3 711 492
Perdas por imparidade	-	-	-	-	(285 879)

2019	Estágio 1 ECL 12 meses	Estágio 2 ECL Vida	Estágio 3 ECL Vida	Total	2018
Garantias financeiras					
Grau 1-3: Baixo risco a moderado	419 085 462	-	-	419 085 462	414 370 649
Grau 4-6: Monitoria	-	-	-	-	-
Grau 7-8: Abaixo do padrão	-	-	-	-	-
Grade 9: Duvidosa	-	-	-	-	-
Grade 10: Em imparidade	-	-	-	-	-
Valor garantido	419 085 462	-	-	419 085 462	414 370 649
Perdas por imparidade	-	-	-	-	833 774

Esta tabela resume a perdas por imparidade no final do exercício por classe de exposição / activo

Perdas por imparidades por classes	2019	2018
	19,265,017	13,833,092
	19,265,017	13,833,092

Nenhuma provisão para perdas é reconhecida na demonstração da posição financeira para instrumentos de dívida mensurados pelo FVTOCI, pois a quantia escriturada está ao justo valor. As tabelas abaixo analisam o movimento da provisão para perdas durante o ano, por classe de activos.

Perda por imparidade – Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	Estágio 1 12-meses ECL	Estágio 2 ECL Vida	Estágio 3 ECL Vida	Total
Saldo em 31 Dezembro de 2018	735,202	-	13,097,890	13,833,092
Reexpressão	-	-	-	-
Saldo em 1 de Janeiro de 2019	735,202	-	13,097,890	13,833,092
Alterações nas perdas por imparidade:				
Transferência para o estágio 1	44,008	-	-	44,008
Transferência para o estágio 3	-	-	5,240,581	5,240,581
Ajustamentos	-	-	147,336	147,336
Saldo em 31 Dezembro de 2019	779,210	-	19,485,807	19,265,017

Conforme discutido acima, na secção do aumento significativo do risco de crédito, sob os procedimentos de monitoramento do Banco, um aumento significativo no risco de crédito é identificado antes que a exposição esteja em incumprimento e, no máximo, quando a exposição se tornar 30 dias em mora. para exposições de crédito de retalho, pois para empréstimos corporativos e outras exposições há mais informações específicas disponíveis sobre o mutuário que são usadas para identificar o aumento significativo no risco de crédito.

Este é o caso principalmente para empréstimos e adiantamentos a clientes e mais especificamente

A tabela abaixo fornece uma análise da quantia escriturada bruta de empréstimos e adiantamentos a clientes por estágio vencido.



	2019		2018	
	Valor bruto	Perdas por imparidade	Valor bruto	Perdas por imparidade
Empréstimos e adiantamentos a clientes				
Não vencido	49,788,166	8,629,300	45,153,268	739,457
0-30 dias	-	-	-	-
31-59 dias	-	-	-	-
60 - 89 dias	-	-	-	-
90 -180 dias	-	-	7,387,185	6,279,107
Mais 181 dias	18,485,166	10,635,717	6,818,783	6,818,783
	68,273,332	19,265,017	59,359,235	13,837,347

O Banco detém garantias para mitigar o risco de crédito associado a activos financeiros. Os principais tipos de garantias e os tipos de activos aos quais estão associados estão listados na tabela abaixo.

A garantia apresentada refere-se a instrumentos que são mensurados pelo justo valor através do rendimento integral, custo amortizado e ao justo valor através de resultados.

	Tipo de garantias
Empréstimos e adiantamentos a bancos	Sem garantias
Empréstimos hipotecários	Imóveis
Investimentos em títulos	Sem garantias

Empréstimos hipotecários

O Banco detém imóveis residenciais como garantia para os empréstimos hipotecários que concede a seus clientes.

O valor da garantia para empréstimos hipotecários residenciais é tipicamente baseado no valor da garantia atualizado com base nas alterações dos índices de preços da habitação. Para créditos com redução no valor recuperável, o valor da garantia é baseado nas avaliações mais recentes. As tabelas abaixo mostram as exposições de empréstimos hipotecários por faixas de LTV.

O Banco monitora sua exposição ao crédito imobiliário de retalho usando o índice LTV (Loan to value), que é calculado como a razão entre o valor bruto do empréstimo e o valor da garantia. A avaliação da garantia exclui quaisquer ajustamentos para obter e vender a garantia.

Empréstimos Hipotecários Rácio LTV	2019		2018	
	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade
Menos de 50%				
51-70%	20,874,048	299,514	14,297,395	163,727
71-90%	-	-	-	-
91-100%	-	-	-	-
Mais de 100%	-	-	-	-
	20,874,048	299,514	14,297,395	163,727

Investimentos em títulos

O Banco detém títulos de investimento mensurados ao custo amortizado com um valor contabilístico de 2,4 mil milhões de Meticais e ao justo valor através do rendimento integral com um valor contabilístico de 2,7 milhões de MT. Os títulos de investimento detidos pelo banco são Bilhetes do tesouro, que não tem garantias.

Activos obtidos em processos de execução de garantias

O Banco obteve os seguintes activos não financeiros durante o exercício executando garantias realizadas contra empréstimos e adiantamentos. A política do Banco é realizar garantias em tempo útil. O Banco não utiliza garantias não monetárias para as suas operações.

	2019	2018
Imóveis	-	11,048,890

Activos financeiros renegociados

Para os casos de mutuários com dívidas vencidas, o mutuário poderá se qualificar para um período de reparação para dar ao mutuário a oportunidade de tentar corrigir a situação.

se, e somente se, houver evidência objectiva de perda de valor como resultado de um ou mais eventos de perda que ocorreram após o reconhecimento inicial do activo e antes da data de reporte ("um evento de perda") e que o evento ou eventos de perda tenha tido um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou carteira que possam ser estimados com segurança.

No final do período de reparação, a situação do Mutuário é reavaliada e a liquidação da conta ou a renegociação dos termos do contrato são tomados em consideração.

Os critérios que o Banco usa para determinar se há evidência objectiva de uma perda por imparidade incluem:

Os Activos renegociados compreendem empréstimos que foram transferidos dos créditos em incumprimento para créditos normais, 12 meses após a reestruturação. Na prática, os empréstimos não serão renegociados mais de uma vez em um período de doze meses.

Activos financeiros vencidos mas não deteriorados

Referem-se a empréstimos e adiantamentos a clientes em que os pagamentos contratuais de juros ou capital estão vencidos, mas o Banco acredita que a perda por imparidade identificada não é apropriada com base no nível de garantia de segurança disponível.

Activos financeiros avaliados individualmente como em imparidade

O Banco avalia regularmente se há evidência objectiva de que um activo financeiro ou carteira de activos financeiros registados ao custo amortizado está deteriorado.

Um activo financeiro ou carteira de activos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas

- Dificuldade financeira significativa do mutuário;

- Uma quebra de contrato, como incumprimento nos pagamentos de juros ou capital;

- O credor, por razões económicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do mutuário de empréstimo, concedendo ao mutuário uma concessão que o mutuante não consideraria;

- Tornar-se provável que o mutuário entrará em falência ou outra reorganização financeira;

- O desaparecimento de um mercado activo para aquele activo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou

- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados de um grupo de activos financeiros desde o reconhecimento inicial desses activos, embora a redução ainda não possa ser identificada com os activos

financeiros individuais na carteira, incluindo:

- Alterações adversas na situação de pagamento dos mutuários;

- Condições económicas nacionais ou locais que se correlacionam com o incumprimento dos activos no portfólio.

- Deterioração no valor das garantias; e

- Deterioração da posição competitiva do mutuário..

A política de crédito do Banco considera um incumprimento ocorrido em relação a um mutuário em particular quando um ou ambos dos seguintes eventos ocorreram:

- O Banco considera que é improvável que o mutuário pague integralmente sua obrigação de crédito, sem recurso do Banco a acções como a realização de qualquer título detido;

- Se o mutuário entrar em infração a qualquer um dos termos do contrato de empréstimo, o que pode incluir a incapacidade de alcançar determinados termos do empréstimo.

O Banco avalia primeiramente se existe evidência objectiva de redução ao valor recuperável individualmente para activos financeiros que são individualmente significativos, e individual ou coletivamente para activos financeiros que não são individualmente significativos.

Todas as exposições marcadas como estando em incumprimento são avaliadas individualmente quanto a perdas por redução ao valor recuperável.

Activos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação colectiva de redução ao valor recuperável.

Para empréstimos e adiantamentos, o valor da perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor presente dos

fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efectiva original do activo.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro garantido reflecte os fluxos de caixa que podem resultar dos custos de execução para obter e vender a garantia, seja ou não provável a execução.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas periodicamente para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perda e a experiência de perda real.

Abates

O Banco reconhece, através de um encargo que reduz o resultado, uma imparidade para as perdas ocorridas inerentes à carteira de crédito. Depois de identificar um adiantamento como reduzido e sujeito a um desconto de imparidade, chega-se a uma fase em que se conclui não existir uma perspectiva realista da sua recuperação.

O saneamento ocorrerá quando e na medida em que a totalidade o parte de uma dívida for considerada irrecoverável. O momento e a extensão dos saneamentos contabilísticos podem envolver algum elemento de julgamento subjectivo.

No entanto, um saneamento contabilístico geralmente é motivado por um evento específico, como o início de um processo de insolvência ou outra acção formal de recuperação, que permite estabelecer que parte ou todo o avanço está além da perspectiva realística de recuperação.

Esses activos são saneados apenas quando todos os procedimentos necessários forem concluídos e o valor da perda for determinado.

Recuperações subsequentes de valores anteriormente saneados, são novamente registados e, portanto, diminuem o valor da imparidade reportada no resultado.

A análise dos empréstimos e adiantamento a clientes individualmente em imparidade apresenta-se como segue:

2019	Valor contabilístico bruto	ECL	Valor contabilístico revisto
	Transporte	2,000	2,000
Consumo	67,787,193	19,185,743	48,601,450
Construção	43,011	43,011	-
Serviço	25,960	25,960	-
Petróleo e Gas	415,169	8,303	406,866
	68,273,333	19,265,017	49,008,316

2018	Valor contabilístico bruto	ECL	Valor contabilístico revisto
	Transporte	2,000	2,000
Consumo	40,111,433	1,617,007	38,494,426
Construção	56,920	56,920	-
Serviço	14,669,896	12,085,885	2,584,010
Petróleo e Gas	3,564,007	71,280	3,492,727
	58,404,255	13,833,092	44,571,164

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco do Banco ser incapaz de cumprir com as suas obrigações de pagamento, quando se vencem em circunstâncias normais e de pressão.

A fim de mitigar este risco, a gestão tem procurado diversas fontes de financiamento, além de depositar um valor mínimo e monitorizar fluxos de caixa futuros numa base diária.

Este processo inclui uma avaliação dos fluxos de caixa futuros esperados e da disponibilidade de alto grau de garantia que poderá ser utilizado para garantir um financiamento adicional, caso seja necessário.

O Banco mantém uma carteira de activos com alguma liquidez, assim como diversificada, que poderá ser facilmente liquidada numa interrupção não prevista de fluxos de caixa.

O Banco detém reservas obrigatórias correspondentes a 11.25% do saldo médio dos depósitos de residentes, depósitos de não residentes e depósitos do Estado.

A posição de liquidez é avaliada e gerida tendo em consideração uma variedade de cenários, dando a devida atenção a factores de tensão relacionados tanto para o mercado em geral assim como para com o Banco em particular.

O mais importante é manter os limites dos rácios de liquidez entre os depósitos de clientes e passivos para com clientes.

O rácio de liquidez consiste na ponderação dos valores em caixa, depósitos de custo prazo e investimentos altamente líquidos, com os depósitos de clientes e empréstimos obtidos com vencimento no mês seguinte.

Maturidades contratuais não descontadas dos activos e passivos

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos activos e passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 com base em fluxos de caixa contratuais não descontados.

2019	A vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos Financeiros						
Caixa e disponibilidades no Banco Central	532 562 205	-	-	-	-	532 562 205
Disponibilidades em instituições de crédito	15 476 444	-	-	-	-	15 476 444
Aplicações em instituições de crédito	-	1 204 118 114	-	-	-	1 204 118 114
Investimentos em títulos	-	699 187 920	616 615 098	6 327 551	-	1 322 130 569
Empréstimos e adiantamentos a clientes	14 335 08	-	4 604 022	28 824 611	20 510 253	68 273 973
Outros activos	7 735 390	-	-	-	-	7 735 390
Total de activos financeiros não descontados	570 109 127	1 903 306 034	621 219 120	35 152 162	20 510 253	3 150 296 695
Passivos Financeiros						
Depósitos de clientes	1 090 010 046	174 991 284	89 900 000	-	-	1 354 901 330
Recursos de instituições de crédito	-	495 866 281	-	-	-	495 866 281
Outros passivos	-	37 894 566	-	-	-	37 894 566
Total de passivos financeiros não descontados	1 090 010 046	708 752 131	89 900 000	-	-	1 888 662 177

2018	A vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos Financeiros						
Caixa e disponibilidades no Banco Central	159 819 935	-	-	-	-	159 819 935
Disponibilidades em instituições de crédito	29 188 301	-	-	-	-	29 188 301
Aplicações em instituições de crédito	-	317 396 091	230 512 500	-	-	547 908 591
Investimentos em títulos	-	2 409 529 730	-	2 682 287	-	2 412 212 017
Empréstimos e adiantamentos a clientes	7 773 762	-	4 235 397	33 052 681	14 297 395	59 359 235
Outros activos	16 674 723	-	-	-	-	16 674 723
Total de activos financeiros não descontados	213 456 721	2 726 925 821	234 747 897	35 734 968	14 297 395	3 225 162 802
Passivos Financeiros						
Depósitos de clientes	1 322 036 192	283 441 353	-	-	-	1 605 477 545
Recursos de instituições de crédito	-	272 785 658	-	-	-	272 785 658
Outros passivos	-	45 662 479	-	-	-	45 662 479
Total de passivos financeiros não descontados	1 322 036 192	601 889 490	-	-	-	1 923 925 682

Todos os valores relativos a 1 ano e mais de um ano são esperados que sejam recuperados ou liquidados passados mais de 12 meses após o período de relato.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros irá variar devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, e as cotações. O capital de risco dos preços não se aplica ao Banco.

Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro decorre da possibilidade de alterações nas taxas de juro poderem afectar os futuros fluxos de caixa ou o justo valor dos instrumentos financeiros.

O Banco monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado sobre o risco da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. As margens financeiras

podem aumentar como resultado de tais flutuações, mas também podem reduzir ou criar perdas em caso de ocorrer movimentos não previstos.

O Conselho de Administração estabelece limites sobre o grau de desajuste da taxa de juro, sendo a mesma controlada em uma base diária. Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro compreendem saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e recursos de outras instituições de crédito.

A tabela abaixo resume a exposição do Banco à taxa de juro a 31 de Dezembro de 2018. Os activos e passivos incluídos na tabela estão mensuradas pela quantia escriturada e categorizada pelo menor prazo entre a data contratada e a sua maturidade. O Banco não está sujeito ao risco de taxa de juros em relação aos itens extrapatrimoniais.

2019	Até 3 meses	3 a 12 meses	Mais de 1 ano	Sem juros	Total
Activos					
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	-	532 562 205	532 562 205
Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	-	15 476 444	15 476 444
Aplicações em instituições de crédito	1 204 118 114	-	-	-	1 204 118 114
Investimentos em títulos	699 187 920	616 615 098	-	6 327 551	1 322 130 569
Empréstimos e adiantamentos a clientes	14 335 088	4 604 022	49 334 864	-	68 273 973
Outros activos	-	-	-	7 735 390	7 735 390
Total activos	1 917 641 122	621 219 120	49 334 864	35 152 162	3 150 296 695
Passivos					
Depósitos de clientes	1 265 001 330	89 900 000	-	-	1 354 901 330
Recursos de instituições de crédito	495 866 281	-	-	-	495 866 281
Outros passivos	-	-	-	37 894 566	37 894 566
Total passivos	1 760 867 611	89 900 000	-	37 894 566	1 888 662 177
Sensibilidade a taxa de juros na posição financeira	156 773 511	531 319 120	49 334 864	(23 831 625)	1 261 634 518

2018	Até 3 meses	3 a 12 meses	Mais de 1 ano	Sem juros	Total
Activos					
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	-	159 819 935	159 819 935
Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	-	29 188 301	29 188 301
Aplicações em instituições de crédito	-	547 908 591	-	-	547 908 591
Investimentos em títulos	-	2 409 529 730	-	2 682 287	2 412 212 017
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	4 170 914	40 400 249	-	44 571 164
Outros activos	-	-	-	16 674 723	16 674 723
Total activos	1 917 641 122	2 961 609 236	40 400 249	208 365 245	3 210 374 730
Passivos					
Depósitos de clientes	1 322 036 192	283 441 353	-	-	1 605 477 545
Recursos de instituições de crédito	272 785 658	-	-	-	272 785 658
Outros passivos	45 662 479	-	-	-	45 662 479
Total passivos	1 640 484 329	283 441 353	-	-	1 923 925 682
Sensibilidade a taxa de juros na posição financeira	(1 640 484 329)	2 678 167 883	40 400 249	208 365 245	1 286 449 048

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma possível mudança razoável nos juros (todas as variáveis mantidas constantes) da demonstração de resultados do Banco.

A sensibilidade na demonstração dos resultados

	Aumento /Diminuição em pontos de base	Impacto nos resultados antes de impostos
2019	+50 bp	36 923 014
	-50 bp	(36 923 014)
2018	+50 bp	50 132 573
	-50 bp	(50 132 573)

e o impacto na alteração das taxas de juro, essencialmente a FPC, baseado nos activos e passivos financeiros cuja taxa de juro é variável a 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2018 é a seguinte:

Risco cambial

O Banco toma em consideração a exposição a possíveis flutuações cambiais, nas suas posições financeiras e fluxos de caixa.

A Administração fixa um nível limite de exposição por moeda, que é controlada diariamente pela tesouraria, com a supervisão de um gestor sénior.

O resultado líquido do exercício em 31 de Dezembro de 2019 sofreria um aumento ou diminuição em cerca de 38,5 milhões de Metiacais (em 31 de Dezembro de 2018, o lucro

antes do imposto sofreria uma redução em cerca de 39,7 milhões de Metiacais) se a taxa de câmbio flutua-se conforme ilustra a tabela abaixo (Flutuação corrente nas taxas de câmbio).

Os valores negativos na tabela reflectem uma redução potencial nos resultados ou nos capitais próprios, enquanto que os valores positivos reflectem um aumento líquido potencial no resultado e nos capitais próprios.

Uma redução equivalente em cada uma das moedas abaixo contra o Metical teria um impacto inverso nos resultados.

31 Dez 2019	Exposição líquida	Câmbio	Varição na taxa de câmbio %	Impacto nos resultados
Dollar (EUA)	(501,296,968)	61,47	7,7%	(38,573,852)
Euro	1,306,801	68,89	7,9%	103,004
Rand (Africa do Sul)	998,591	4,37	(3,0)%	(297)
GBP (Reino Unido)	69,926	80,72	(7,9)%	(327)
NGN (Nigéria)	4,342,168	0,17	5,9%	1,092
	-	-	-	(38,470,380)

31 Dez 2018	Exposição líquida	Câmbio	Varição na taxa de câmbio %	Impacto nos resultados
Dollar (EUA)	(490,345,651)	61,47	8,1%	(39,884,956)
Euro	2,680,194	70,25	8,5%	228,913
Rand (Africa do Sul)	930,882	4,28	16%	1,522
GBP (Reino Unido)	69,926	78,1	5%	36
NGN (Nigéria)	4,342,168	0,17	(12)%	(5,108)
	-	-	-	(39,659,593)

A tabela a seguir resume a exposição do Banco ao risco cambial de moedas estrangeiras em 31 de Dezembro de 2019 e 2018. Incluídos na

tabela encontram-se também os instrumentos financeiros classificados por moeda:

#EUSOUAFRICANO

2019	MZN	USD	ZAR	EUR	GBP	NGN	Total
Activos							
Caixa e bancos	1 093 540 282	654 041 543	998 591	1 306 801	412 749	1 856 799	1 752 156 763
Investimentos em títulos	1 322 130 569	-	-	-	-	-	1 322 130 569
Empréstimos e adiantamentos a clientes	49 008 956	-	-	-	-	-	49 008 956
Outros activos	7 735 390	-	-	-	-	-	7 735 390
Total activos	2 472 415 197	654 041 543	998 591	1 306 801	412 749	1 856 799	3 131 031 678
Passivos							
Depósitos de clientes	693 894 708	660 505 011	445 772	55 839	-	-	1 354 901 330
Recursos de instituições de crédito	1 032 781	494 833 500	-	-	-	-	495 866 281
Outros passivos	37 894 566	-	-	-	-	-	37 894 566
Total passivos	732 822 055	1 155 338 511	-	-	-	-	1 888 662 177
Exposição líquida	1 739 593 142	(501 296 968)	998 591	1 306 801	412 749	1 856 799	1 242 369 501

2018	MZN	USD	ZAR	EUR	GBP	NGN	Total
Activos							
Caixa e bancos	581 824 215	147 069 441	930 882	2 680 194	69 926	4 342 168	736 916 827
Investimentos em títulos	2 412 212 017	-	-	-	-	-	2 412 212 017
Empréstimos e adiantamentos a clientes	45 521 889	-	-	-	-	-	45 521 889
Outros activos	16 674 723	-	-	-	-	-	16 674 723
Total activos	3 056 232 844	147 069 441	930 882	2 680 194	69 926	4 342 168	3 211 325 456
Passivos							
Depósitos de clientes	1 240 763 946	364 713 599	-	-	-	-	1 605 477 545
Recursos de instituições de crédito	-	272 785 658	-	-	-	-	272 785 658
Outros passivos	45 662 479	-	-	-	-	-	45 662 479
Total passivos	1 286 426 425	637 499 257	-	-	-	-	1 923 925 682
Exposição líquida	1 769 806 419	(490 429 815)	930 882	2 680 194	69 926	4 342 168	1 287 399 774

Risco operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos.

Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação do Banco, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras.

O Banco não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de um quadro de controlo e de vigilância e respondendo aos riscos potenciais, o Banco é capaz de gerir os riscos.

Controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acesso, autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

Gestão de Capital

O Banco mantém uma gestão activa do capital para cobrir os riscos inerentes ao negócio.

A adequação do capital do Banco é monitorada usando, entre outras medidas os rácios estabelecidos pelo Banco de Moçambique.

Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que o Banco:

- Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- Mantenha uma forte e saudável notação de rácios de capital, a fim de apoiar o seu negócio; e
- Apresente uma política de continuidade, a fim de proporcionar o máximo retorno, e maximizar o valor aos accionistas.

O Banco cumpre com os requisitos emanados pelo Banco de Moçambique, estando sujeito a um acompanhamento contínuo diário das posições cambiais e numa base mensal, no que diz respeito à adequação dos rácios de Capitais Próprios tal como a Solvabilidade e Concentração de Crédito.

O Banco de Moçambique exige a cada banco para manter o nível mínimo de rácio de solvabilidade de 11%.

A tabela abaixo resume o cálculo do rácio de solvabilidade do Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, à luz das exigências do Banco de Moçambique.

	2019	2018
Fundos próprios de base (Tier I)		
Capital social realizado	1,744,712,000	1,744,712,000
Prémios de emissão	571,653,523	571,653,523
Reservas e resultados transitados	(1,029,123,968)	(978,236,436)
Activos intangíveis	(10,381,931)	(10,617,028)
Fundos próprios complementares (Tier I)	1,276,859,624	1,327,512,059

	2019	2018
Fundos próprios complementares (core Tier II)		
Outros	-	-
Fundos próprios complementares (core Tier II)	-	-
Fundos próprios legíveis (Tier I and Tier II)	1,276,859,624	1,327,512,059

	2019	2018
Activos ponderados pelo risco		
Na posição financeira	812,581,551	755,205,010
Elementos extrapatrimoniais	-	-
Risco operacional e de mercado	112,681,764	60,499,907
Total de activos ponderados pelo risco	925,263,315	815,704,917

	2019	2018
Core Tier I	138%	163%
Core Tier II	-	-
Rácio de solvabilidade	138%	163%
Rácio de solvabilidade (Mínimo exigido)	11%	11%

O principal objectivo da gestão de capital do Banco é assegurar a conformidade com os objectivos estratégicos em termos de adequação de capital, respeitando e fazendo cumprir as exigências mínimas de capital estabelecidas pelo Banco de Moçambique, o que reflecte um rácio mínimo de solvabilidade em relação aos riscos assumidos no decurso da sua actividade.

33. Acontecimentos após a data de balanço

Em 11 de Março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o coronavírus (COVID-19) uma pandemia global e recomendou medidas

de contenção e mitigação em todo o mundo. Em Moçambique, o governo declarou um estado de emergência de 30 dias em vigor a partir de 1 de abril de 2020.

A pandemia terá um impacto significativo nos negócios no país, que incluem o sector bancário. Não podemos razoavelmente estimar a duração ou gravidade dessa pandemia ou até que ponto a interrupção pode afectar materialmente a nossa posição financeira no exercício financeiro de 2020 e além.

No entanto, não vemos razões para um ajuste nas demonstrações financeiras de 2019.

Administrador

Administrador

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

(milhares de metcais)

MODELO III		BALANÇO - CONTAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019							
CÓDIGO DE CONTAS	ACTIVO	ANO			ANO ANTERIOR	Código de contas	PASSIVO	ANO	ANO ANTERIOR
		Valor antes de Provisões, Impariidade e Amortizações	Provisões, Impariidade e Amortizações	Activo Líquido					
10+3300	1. Caixa e disponibilidades em bancos centrais	532,562		532,562	159,820	38-3311 (1)-3410+5200 +5211 (1)+5318 (1)	Recursos de Bancos Centrais	-	-
11+3301	2. Disponibilidades em outras instituições de crédito	15,476		15,476	29,188	43 (1)	Passivos Financeiros detidos para Negociação		-
153 (1)+158 (1)+16	3. Activos Financeiros Detidos para negociação			-	-	43 (1)	Outros passivos Financeiros ao Justo valor através de Resultados		-
153 (1)+158 (1)+17	4. Outros Activos Financeiros ao Justo valor através de Resultados			-	-	39-3311 (1)-3411+5201+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de outras Instituições de Crédito	495,866	272,786
154+158 (1)+18+34888 (1)-53888 (1)	5. Activos financeiros disponíveis para Venda.	6,328	-	6,328	2,682	40+41-3311 (1)-3412-3413+5202+5203+5211 (1)+5310+5311	Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	1,354,901	1,605,478
13+150+158 (1)+159 (1)+3303+3310 (1)+3408 (1)-350-3550-5210 (1)-5300	Aplicações em Instituições de Crédito	1,204,118		1,204,118	547,909	42-3311 (1)-3414+5204+5211 (1)+5312	Responsabilidades representadas por Títulos Derivados de Cobertura		-
14+151+152+158 (1)+3304+3310 (1)35211-5210 (1)-53010-53018	Créditos a clientes	68,274	19,265	49,009	45,522	44			
156+158 (1)+159 (1)+22+3307+3310 (1)+3402-355-3524-5210 (1)-5303 (1)	Investimentos detidos até a maturidade	1,315,803		1,315,803	2,409,530	45	Passivos não correntes detidos para Venda e operações descontinuadas		-
21	Derivados de Cobertura	-		-	-	47	Provisões		-
25-3580	Activos não correntes detidos para Venda	-		-	-	490	Passivos por impostos correntes		-
26-3581 (1)-360 (1)	Propriedade de Investimentos			-	-	491	Passivos por impostos diferidos		-
27-3581 (1)-360 (1)	Outros Activos tangíveis	175,744	82,649	93,094	29,063	480+488+/-489 (1)-3311 (1)-3416 (1)+5206 (1)+5211 (1)+5314 (1)	Outros passivos Subordinados		-
29-3583-361	Activos Intangíveis	25,341	14,959	10,382	10,617	51-3311 (1)-3417-3418+50 (1) (2)+5207+5208+5211 (1)+528+538-5388+5318 (1)+54 (1)(3)	Outros Passivos	96,499	45,662
24-357	Investimentos em filiais associadas e Empreendimentos conjuntos	-		-	-				
300	Activos por Impostos correntes	-		-	-	55	Capital	1,744,712	1,744,712
301	Activos por Impostos diferidos	-		-	-	602	Prémios de Emissão	571,684	571,654
12+157+158 (1)+159 (1)+31+32+3302+3308 +3310 (1)+338+3408 (1)+348 (1)-3584-3525+50 (1)(2)-5210 (1)-5304-5308 (1)+54 (1)(3)	Outros Activos	7,735		7,735	27,724	57	Outros Instrumentos de Capital		-
						-56	Acções Próprias		-
						58+59	Reservas de Reavaliação		-
						60-602+61	Outras reservas e resultados transitados	(978,236)	(910,460)
						64	Resultado do Exercício	(50,888)	(67,777)
						-63	(Dividendos antecipados)		-
TOTAL DO ACTIVO		3,351,381	116,873	3,234,508	3,262,055	TOTAL DO PASSIVO		3,234,508	3,262,055

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas

(2) A rubrica 50 devera ser inscrita no activo se tiver saldodevedor e no passivo se tiver saldo credor

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 sao inscritos no activo e os saldos credores no passivo

(milhares de metcais)

MODELO IV		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	
Código de contas	DÉBITO	ANO	ANO ANTERIOR
79+80	Juros e Rendimentos Similares	301,300	565,779
66+67	Juros e Encargos Similares	90,166	255,515
	Margem Financeira	211,134	310,265
82	Rendimentos de Instrumentos de Capital	0	0
81	Rendimentos com serviços e Comissões	34,838	14,055
68	Encargos com Serviços e Comissões	22,917	20,528
-692-693-695 (1)-696 (1)-698-69900-69910+832+833+835 (1)+836 (1)+838+83900+83910	Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo valor através de Resultados	0	0
-694+834	Resultados de Activos Financeiros Disponiveis para Venda	0	0
-690+830	Resultados de Reavaliação Cambial	33,654	13,315
-691-697-699 (1)-725 (1)-726 (1)+831+837+839 (1)+843 (1)+844 (1)	Resultados de Alienação de Outros Activos	0	0
-695 (1)-696 (1)-69901-69911-75-720-721-725 (1)-726 (1)-728+835 (1)+836 (1)+83901+83911+840+843 (1)+844 (1)+848	Outros Resultados de Exploração	3,358	(29,048)
	Produto Bancário	260,067	288,058
70	Custo com Pessoal	128,895	117,183
71	Gastos Gerais Administrativos	80,566	100,989
77	Amortização do Exercício	30,823	9,872
784+785+786+788-884-885-886-888	Provisões Liquidadas de Reposições e Anulações	0	0
760+7610+7618+7620+76210+76211+7623+7624+7625 +7630+7631+765+766-870-8720-8710-8718-87210-87211-8723-8724-8726-8730-8731-875-876	Imparidade de Outros Activos Financeiros Líquidos de Reversões e Recuperações	5,285	5,071
768+769 (1)-877-878	Imparidade de Outros Activos Líquida de reversões e Recuperações	0	0
	Resultado Antes de Impostos	14,498	54,943
65	Impostos Correntes	65,385	122,720
74-86	Impostos Diferidos	0	0
640	Resultados após Impostos	(50,888)	(67,777)
-72600-7280+8480+84400	Do qual: Resultado Líquido após Impostos de Operações Descontinuadas	0	0
TOTAL		(50,888)	(67,777)

(1) Parte aplicável do Saldo destas Rubricas.

UBA
United Bank for Africa

O MEU
BANCO É
AFRICANO

#EUSOUAFRICANO